

ATA N.º 5/XIV/2026

Sessão Ordinária junho/2026

26/06/2026

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e doze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Atas do XIV Mandato 2025-2029:
 - 3.1.1 - Ata nº3/26 – Sessão Extraordinária – 25.04.2026;
 - 3.1.1 – Ata nº4.1/26 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de abril – 1ª reunião – 30.04.2026;
 - 3.1.2 – Ata nº4.2/26 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de abril – 2ª reunião – 04.05.2026;
 - 3.2 - Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita;
 - 3.3 - Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita;
 - 3.4 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

No Grupo Municipal do Partido Socialista:

- Carmen Sofia Pereira Lima foi substituída por Adriana Rossas Bertolini Palma
- Guilherme Magalhães Rocha foi substituído por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues

No Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Susana Isabel Horta Martins foi substituída por Hélia Marta Nobre Palma
- Vivina Maria Semedo Nunes foi substituída por Eli Andrea Matias Dias Barros Rodrigues
- João Miguel da Silva Romba foi substituído por Ricardo José Torres Freitas da Paz
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Ana Teresa Fernandes, foi substituída pela Tesoureira daquele Órgão, Sandra Sofia Coelho Vilhena Gonçalves

No Grupo Municipal do Partido Chega:

- Maria Leonor Galvão Marta foi substituída por Leandro Pedro Nogueira de Jesus Mósca
- Valter Fradinho Vidigal Antunes foi substituído por Maria da Graça Ferrinho do Vale Valente

Após as substituições:

- Verificou-se a ausência de Diogo Domingues Louro.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Alfredo Rodrigues Vieira, João Pedro Vaz Figueiredo, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Joana Sacoto Neves de Santos Flores, João Manuel Vasques Miguel, António Carlos Pedrosa Pereira, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa e Sónia Sofia Bastos Duarte Queiroz.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. João Henriques

“O que me traz por cá é que há uma grande polémica sobre a Amarsul, e o que eu proponho a esta Câmara, não sei se é viável ou não, é esta Câmara fazer uma fábrica de lixo onde existe a fábrica antiga do gás Cidla fazer uma fábrica, essa fábrica pertence à tutela da Câmara, as câmaras de Palmela, todas as câmaras envolventes, vêm despejar aqui. A Câmara de Lisboa tem uma fábrica de lixo que custou milhões de euros e faz a reciclagem do cartão, do papel, do vidro, tem um sítio específico para irem despejar e a Amarsul ficava a falar sozinha, porque não é admissível o quanto se gasta. A Câmara paga, por mês, a esses senhores que nada fazem. É os contentores do lixo a abarrotar, é os ecopontos a abarrotar, tiraram determinados ecopontos na Fonte da Prata, só lá está a metade, a outra metade não existe. Eu proponho isto à Assembleia, o que é que os senhores acham desta minha proposta? É o que tenho para dizer agora.

Queria também fazer uma proposta a esta Assembleia, se for viável, fazerem as reuniões de Câmara durante o período da noite, porque todas as câmaras, ou quase todas, ou praticamente todas, fazem reuniões de câmara à noite. Não sei se isto é viável, se não é, é o que tenho para dizer e obrigado.”

Sr. Manuel Rodrigues

“Ontem estive numa conferência sobre os barcos típicos do Tejo, em Lisboa, e há aqui um homem que constrói os barcos e que tem muita paixão pelos barcos, diz que lhe corre sal nas veias, e eu cada vez está-me a correr mais sal nas veias com este contacto que eu tenho com a Moita.

Ontem a sessão de explicação dos barcos típicos do Tejo, em Lisboa, foi fabulosa, e na sequência do que disse aqui o moço de recados, foi uma coisa que não sei se já pensaram, há dezenas de anos que os barcos e as fragatas serviam para trazer o lixo de Lisboa para aqui. Nós estamos condenados a levar com o lixo de Lisboa. Só um pormenor da conferência que eu assisti ontem. O lixo já vem de Lisboa para aqui há muitos anos, como é que nós somos, de facto, a lixeira de Lisboa? Só em continuação do que disse aqui o moço de recados.

O que me traz aqui é só o seguinte, eu quis falar na sessão de câmara de quarta-feira, inscrevi-me no domingo, e não foi permitido falar. Eu pensei que havia dez pessoas inscritas, mas não. Eu ontem estive a ver a sessão de câmara e só falaram cinco pessoas, portanto também gostam que eu fale. E quando há um sítio onde não gostam que eu fale, eu venho aqui, porque eu não vinha cá hoje se tivesse falado na quarta-feira. Inscrevi-me, proibiram-me de falar, e cada vez que tenha mais processos em tribunal mais virei aqui. Já estão quatro e hoje venho aqui.

E o que me traz aqui hoje é só o seguinte. Eu gostava de interrogar a Câmara como é que se passou a estragar em vez de 18 mil euros por ano em bilhetes para as touradas, e agora estamos a gastar mais 39%? E porque é que se compram bilhetes de 45 euros para aquelas touradas? Se comprassem bilhetes de 20 euros para pessoas com dificuldade em ir à tourada, ou para as escolas para fomentar as corridas de touros nas escolas. Agora, este ano, em vez de 18 mil euros para compra de bilhetes a uma empresa privada, uma praça vazia, o único sítio onde havia pessoas é onde a Câmara comprou os bilhetes para compor aquilo, na sombra ainda por cima. Eu gostava era de ver o sol composto com pessoas. E até houve um comentário a uma publicação minha, que a Moita é a única terra onde os reformados não têm desconto para as touradas. Isto é estar a excluir uma das populações mais pobres que temos.

Portanto, eu gostava de saber também a quem é que se oferece os bilhetes dos 45 euros, qual é o critério. É dinheiro meu, eu é que pago os impostos, e todos nós. Nós estamos a pagar impostos para indivíduos irem ver uma corrida de tourada. Onde é que isto já se viu? E a fomentar uma empresa que está a dar cabo do toureio a pé, que era aquilo que nós tínhamos de mais valor na minha terra. Esta é a questão que eu gostava de colocar.

Por fim, gostava de colocar uma questão também que é eu envio mails à Presidência da Câmara, não respondem. Nunca me respondem, já há meses, já há anos que não respondem. Isso é gravíssimo. Soube agora que há uma entidade que é o CADA, eu na próxima semana vou reclamar junto do CADA porque é que eu não recebo respostas. E a única coisa que eu pedi no último mail foi que me facultassem os resultados do concurso público 9/13/2025, que nomeou o Chefe de Divisão da parte financeira da Câmara, e administrador da Sociedade Tauromáquica Moitense. Vou repetir, Chefe de Divisão Financeira da Moita e administrador da Sociedade Moitense de Tauromaquia. Como é que um indivíduo que está como Presidente da Sociedade Moitense de Tauromaquia é Chefe da Divisão Financeira e faz estes pagamentos. Agora foi 18 mil euros, em setembro, e 8 mil na Feira de Maio.

Depois, hoje, quando pus aqui no meu telefone que vinha aqui hoje, isto pôs aqui as notas que eu vim aqui falar há dois anos. E uma das coisas que me fez vir aqui, maldita a hora que eu vim aqui a primeira vez, eu vim aqui pedir uma homenagem a uma das pessoas mais fantásticas que a Moita tem, que neste momento está a viver na Moita, que foi o matador de touros que nós temos. Um matador de touros, um homem que divulgou a língua portuguesa na Universidade do México, e eu vim aqui há dois anos só para pedir alguma atenção, alguma homenagem, e mais que nunca, acho que essa homenagem é necessária, é obrigatória, porque o António do Carmo, neste momento, está a viver na Moita. E, ao contrário do que se falou a seguir à minha intervenção, nessa vez, o António do Carmo, de facto, não tem na Moita filhos ilegítimos, nem nunca fugiu das suas responsabilidades.

Tudo acontece na Moita para denegrir quem sai fora do trilho, quem não quer ser carneiro. Portanto, eu nunca fui nem nunca irei ser.

Além do António do Carmo, também falei naquela altura, que é um artista que merece todo o nosso apoio, que é o Luís Morgado, que tem muita coisa feita, muita coisa que está a desaparecer, e eu acho que o Luís Morgado merecia uma grande exposição na nossa terra.

Em relação ao pedido que eu estou a fazer do resultado do concurso público para Chefe de Divisão da Câmara da Moita, tem a ver com que esse mesmo Chefe de Divisão processou-me em tribunal. Também já tenho um processo. Tenho dois do Presidente da Câmara, um do Chefe da Divisão Financeira e um do filho da Georgete. Já tenho quatro processos aqui, só porque eu venho aqui. E eu virei mais, eu só quero é processos. Diverte-me imenso essa situação quando as pessoas são derrotadas e precisam de ir fazer queixinhas ao tribunal.

Por fim, queria só dizer que a lista que venceu com 69% a concelhia da Moita, parabéns, e que façam rapidamente, que expliquem aos autarcas o que é que devem fazer e o que não devem fazer. Com certeza que o Partido Socialista é um partido que merece, de facto, continuar o seu trabalho e esta grande vitória que aconteceu, e uma grande derrota, só com 31% dos votos, que traga qualquer coisa de novo a esta terra.

Obrigado e peço desculpa por estar a incomodar os senhores.”

Sr. Paulo Caetano

“Eu, antes de começar a minha intervenção, queria pedir ao Sr. Presidente alguma tolerância no tempo. Eu estou em convalescença, fui operado recentemente e estou com dificuldades ainda até em falar. E pedi-lhe alguma tolerância para isso, se for possível. Se não for, tudo bem.

Bem, eu tinha mais ou menos decidido largar estas coisas porque há pessoas que não merecem sequer que eu aqui venha. No entanto, fui obrigado a vir, infelizmente. Venho falar da rua das Andorinhas porque já há muito que se fala nisto, mas agora parece que se confirma que realmente é verdade. O Presidente da Câmara prometeu alcatroar aquela rua até ao final de 2024, não cumpriu o que prometeu. É normal, é hábito. E agora parece que está se a preparar para alcatroar parcialmente a rua. Isto já se fala nisto há algum tempo, mas agora parece que se confirmou, através das pessoas que estavam lá a fazer o levantamento topográfico, que o que está previsto alcatroar é apenas um terço da rua das Andorinhas. Eu hoje andei lá a medir aquilo, com calma, agora tenho tempo, e então é assim, de onde termina o Bairro Macho até à curva onde se diz que vão alcatroar, são 400 metros. Da curva, daquelas vivendas dos angolanos até lá acima, o que acompanha ali a Quinta do Quadrado são mais 400 metros, e depois o resto da rua das Andorinhas, que vai até ao Bairro da Liberdade, são mais 400 metros. Mais metro, menos metro, em números redondos é isto.

Então o que é que acontece? Se é verdade, e eu queria perguntar ao Presidente da Câmara, se é verdade que só vai alcatroar aquilo até ali porque, segundo ouvi dizer, ele diz que a responsabilidade, a partir dali, é da Quinta do Quadrado. Eu não percebo porquê, e a ser verdade isto é absolutamente ridículo. E é ridículo porquê? Porque só há dois lotes da Quinta do Quadrado que confinam com a rua das Andorinhas. Apenas dois lotes. E nenhum dos lotes da Quinta do Quadrado tem ligação direta à rua das Andorinhas. A rua das Andorinhas, eu faço 59 anos em outubro, se Deus quiser, e os meus avós já diziam que se lembram daquela rua lá existir, e os meus avós, se fossem vivos, tinham cento e tal anos. Portanto, aquilo era uma estrada camarária, começou por ser um caminho de carroças, e depois era uma estrada camarária, e a Quinta do Quadrado é de 85. Portanto, como é que uma coisa que nasce depois daquela estrada, passa a ser propriedade? Isto é completamente ridículo.

E outra coisa, se aquilo pertencesse a alguns terrenos ali, seria às quintas agrícolas e ecológicas que estão do lado direito, porque essas sim, têm como único acesso, repito, único acesso, a rua das Andorinhas. Portanto, se alguém tem que pagar a rua das Andorinhas, se a Câmara entende que não é a Câmara, serão as outras quintas, nunca a Quinta do Quadrado. Porque nós não temos acesso nenhum, não há um único lote na Quinta do Quadrado, e provem-me o contrário. E depois, os últimos

400 metros também são responsabilidade da Quinta do Quadrado? É que a partir da rua dos Resineiros até ao Bairro da Liberdade são mais 400 metros que não têm ligação nenhuma à Quinta do Quadrado.

Portanto, eu não sei se o Sr. Presidente me vai responder, suponho que não, porque ele não gosta de me responder. Normalmente, depois é aqui o Sr. Serpa que faz ali a lavagem das coisas e que diz mal de mim, portanto, mas se me responder falem-me com factos concretos, porque é que aquilo pertence à Quinta do Quadrado, porque a Câmara sempre disse que a rua das Andorinhas é responsabilidade nossa, e agora deixou de ser? Agora passa a ser a Quinta do Quadrado? Alcatroa-se um bocado, depois interrompe-se a meia e não se faz mais nada? Isto faz lembrar ali o pontão, que até vieram aqui pessoas elogiar o Sr. Presidente, que vai fazer e não sei o quê, antes das eleições abriu lá uma vala, meteu lá uns tubos e está lá tudo por acabar.

Pronto, enfim... Portanto, não sei se me vai responder ou não, eu não sei se vou ficar para ouvir a resposta, se não ouvir, ouvirei depois pela internet, porque vou tentar ficar. Mas se me responder, não me venha com mentiras, não me venha com coisas sem nexos nenhuns. Acho que o senhor ainda deve ter capacidade para dar respostas justificadas, justifique-me porque é que aquilo, primeiro se é verdade, depois porque é que é da Quinta do Quadrado e porque é que nós é que temos que alcatroar uma estrada centenária que é camarária. Muito obrigado.”

Sr. Fernando Talhadas

«Eu vou aqui fazer uma proposta, um bocado se calhar anedótica, porque eu sei qual vai ser a resposta, mas o que eu proponho é que se passe a Quinta do Quadrado para debaixo da alçada de outra câmara qualquer, do Barreiro, de Setúbal, Braga, Porto, outra qualquer, menos esta. Porque, se realmente há alguma coisa contra a Quinta do Quadrado, epá, que seja resolvido. Porque se eu me sinto ali assim, que só estou a pagar impostos e que não estou a fazer mais nada do que isso, começo a ficar irritado com esta situação. Então vamos lá, aqui assim agora, a coisas mais concretas.

Lixo. Está lá lixo que não é apanhado durante meses. Meses. E porque também não há policiamento na Quinta do Quadrado, portanto, não passa lá um carro da polícia, não passa lá nenhuma autoridade., portanto, quem é construtor ou quem tem esses empregos que depois tem lixo para mandar fora, portanto, acaba por despejar ali. E portanto, cada vez que eu vou para casa, tenho que passar ali assim por ninhos de bicharadas que ali estão, porque vão lá despejar de tudo, desde pneus, desde restos de construção e tudo mais, e aquilo acaba por ser ali assim uma coisa que é, no mínimo, incómoda, já para não dizer que é uma falta de higiene, não é? Portanto, lixo.

Outra. Quando foi as inundações, portanto, e que toda a gente se recorda, foi um flagelo para toda a gente, nós ali também sofremos com isso. Portanto, e depois de já ter dito tantas vezes à Câmara que passa lá uma vala real, passa lá uma vala que tem que ser limpa, portanto, não são os moradores que vão limpar aquilo, aquilo é preciso maquinaria. Portanto, se não limparem aquela vala, a vala não escoar a água e as estradas ficam inundadas. Portanto, houve gente que teve muita dificuldade para chegar a casa. Portanto, quem foi a pé então, tinha que dar ou uma volta ou então molhar-se ali assim por mais do que o joelho. Inundações. Portanto, policiamento, já está. Arruamentos.

Portanto, os arruamentos, mesmo agora foi dito aqui assim pelo meu vizinho, do que é que se passa na rua das Andorinhas. Mas, na verdade, ali a Quinta do Quadrado sofre com esta situação já há bastante tempo. Porquê? Na certidão predial parece que está lá qualquer coisa que diz que é responsabilidade dos moradores fazer a manutenção das vias, portanto, eu não entendo, e porque sou técnico, não entendo o que é que entendem como manutenção. E pergunto, portanto, como sou inculto nesta área, eu pergunto se há alguma coisa que diga, efetivamente, que manutenção significa ter que construir de raiz a estrada, porque, na minha ótica de técnico, manutenção tem várias vertentes. Portanto, eu posso fazer a manutenção só visual, e depois reportar que alguma coisa está mal, posso fazer a manutenção com uma limpeza, por exemplo, agora manutenção, para mim, nunca foi construção.

E andamos nisto, já com a Câmara anterior que cá estava, do Partido Comunista, que dizia que “não, não, portanto, aquilo está lá a dizer que a manutenção, entenda-se, que vocês têm que construir”. Sendo que a própria Câmara não assumiu essa responsabilidade quando começaram a passar as licenças de habitação àqueles lotes sem ver que os arruamentos não estavam feitos. Portanto, é isto que eu tenho para dizer. Portanto, a proposta, embora seja anedótica, é um bocado o que me vai na alma dizer para que tomem atenção que quem ali está merece alguma consideração, merece que o lixo seja apanhado, merece lá um ecoponto. Não temos um ecoponto ali ao pé. Portanto, houve algumas medidas para meter uns caixotes do lixo à porta, para se fazer, mas aquilo são quintas, aquilo são quintas de 5 mil metros que fazem muito lixo verde, portanto, muitos ramos, muita relva, muita coisa que tem que tirar dali assim, e que não há onde colocar essa situação.

Portanto, é isso que eu venho a pedir. Não queria alongar-me mais, penso que está dentro do tempo. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Apraz-me dizer que, relativamente, e vou aqui seguir a ordem, tirando nota e respondendo às questões que me foram colocadas, no que diz respeito ao Sr. João Henriques, poderá ver no próprio relatório de atividades destes meses, que temos reunido com a Amarsul, muito publicitado, isso tem saído nos jornais, os nossos esforços, tanto no que diz respeito para que se baixe a tarifa nos resíduos sólidos, mas também para que os ecopontos estejam mais limpos, entre outras coisas. Dizer-lhe que da última reunião que tivemos com a Amarsul, presencial com esta nova direção, houve o compromisso da parte da Amarsul num reforço da limpeza na envolvente dos ecopontos, foi reconhecido pela parte deles que era necessário então haver um maior esforço por parte deles da limpeza da envolvente dos ecopontos. Foi também dito que foi contratualizado um serviço externo de reforço até ao final do ano, deste ano corrente, para limpeza dos ecopontos, porque, segundo eles, e nós, também era uma queixa comum e que todos verificávamos, os ecopontos encontravam-se muito sujos e também estão, neste caso, a comprar e a colocar novos ecopontos, porque viram que os ecopontos que colocaram no passado não resolviam, não supriam da melhor forma as necessidades das pessoas.

Relativamente ao terreno no Gaio, que o Sr. João Henriques propôs para que se transforme numa nova lixeira, dizer que já não é permitido lixeiras em Portugal, e cada vez o que vai para aterro tem que ser menor, cada vez a aposta tem que ser mais na reciclagem, um esforço que nos cabe a todos, e quanto mais reciclarmos, menor vai ser, neste caso, a fatura que a Câmara Municipal irá pagar à Amarsul, e isso irá ter efeitos positivos na forma como é composta toda a fatura da água. Por isso, a solução é reciclarmos cada vez mais, fazermos esse esforço coletivo, eu sei que nem sempre é fácil, nem sempre o ecoponto está ao lado da porta, mas temos esse dever e essa responsabilidade, pelas atuais e pelas futuras gerações, e se não for por uma questão ambiental, que seja pelo menos por uma questão de racionalidade económica, por uma questão financeira.

E dizer que não fará qualquer sentido colocar uma lixeira numa das zonas, que é uma das zonas mais bonitas do concelho, ali no Rosário, de frente para o rio, pôr ali uma lixeira. Além de que não é terreno municipal e custa muitos, muitos milhares de euros, o terreno pertence à entidade Galp, e custa muitos milhares de euros, segundo aquilo que tivemos conhecimento.

Relativamente às questões que foram colocadas pelo senhor Manuel Lourenço, dizer-lhe que os técnicos disseram que foi informado da alteração e para vir à reunião de Câmara, que foi informado para vir à reunião de Câmara... Desculpe... Muito bem. Então, é isso mesmo. Muito obrigado. Muito obrigado aqui pela mensagem, não tinha ficado bem clarificado. Quando as pessoas se inscrevem, automaticamente estão inscritas, a Câmara não liga para confirmar que as pessoas podem vir à reunião, por isso, ele estava inscrito, estava inscrito, não ultrapassou o número, era uma das cinco pessoas que estavam inscritas, a Câmara Municipal e os serviços da Câmara Municipal só ligam às pessoas quando há alteração da reunião, por algum motivo a reunião se altera, por isso, todas as outras pessoas conseguiram vir à reunião e estarem presentes e fazerem uso da palavra, só o senhor Manuel Lourenço é que, pelos vistos, não conseguiu perceber e então não veio fazer uso da palavra. Por isso, ninguém lhe tirou a palavra, tinha o papel à minha frente, não apareceu, não compareceu, não lhe dei a palavra. Se tivesse aparecido, tinha-lhe sido dada.

Depois, relativamente aqui a uma questão, os concursos de admissão de pessoal da Câmara, sejam assistentes técnicos, técnicos superiores, assistentes operacionais, chefes de divisão e outros, todos os concursos, todo o procedimento está para consulta pública na Câmara, no site da Câmara, a informação é pública, não tem que pedir à Câmara para consultar, basta irem ao site e consultarem o procedimento. O procedimento está lá, a pessoa em causa é técnico desta casa, trabalhador da Câmara Municipal há mais de 30 anos, faz um ótimo serviço, faz um ótimo trabalho, acredito que já o faria, esse ótimo trabalho, no passado e continua a fazê-lo atualmente e, desde já, os meus parabéns a este trabalhador, a ele e a toda a sua equipa, porque ele sozinho não conseguiria fazê-lo desta forma, mas lidera esta equipa da melhor forma e ficou, e nós estamos felizes com o trabalho dele.

Relativamente aqui às questões colocadas pelo Sr. Paulo Caetano, apraz-me dizer-lhe que basta, neste caso, consultar o processo e o alvará, e o alvará diz lá tudo, e esta resposta é válida para o Sr. Paulo Caetano e para o Sr. Fernando Talhadas. Dizer-lhes o seguinte, os senhores, no passado, era possível comprar casas em terrenos não infraestruturados, ficando as pessoas, mais tarde, com a

responsabilidade de infraestruturar esses terrenos. As pessoas ficavam, as casas eram compradas mais baratas, a Câmara não lhes exigia as infraestruturas, nada lhes era exigido e, pura e simplesmente, as pessoas compravam porque não tinham infraestruturas, saneamento, água, era mais barato, mas ficavam com essa responsabilidade.

Agora, passaram estes anos todos, depois, se calhar, alguns que lá estavam até já venderam as casas, e as pessoas que as compraram, ou aquelas que lá moram, já não se lembram da forma como foi feita essa transação, esse negócio. E agora, muitos anos depois, vêm pedir à Câmara que faça algo que não é da sua responsabilidade, porque lá atrás, no tempo, foi-lhes permitido construir uma casa naquele espaço com a responsabilidade de eles fazerem as infraestruturas. E agora querem que sejamos todos nós a pagar. A Câmara Municipal fará e faz aquilo que está responsabilizado e que está no alvará de loteamento. Por isso, já tiveram várias reuniões com a Câmara Municipal e, como dissemos aqui o que diz é que têm que executar as obras e os trabalhos, a execução dos acessos na área a lotear, a execução dos arruamentos e os acessos dos lotes em macadame, conforme o projeto, ou seja, nem diz que é em alcatrão, diz que é em macadame. O alvará é o 5/86.

Depois também fala ali em faixas a arborizar, é só lerem o que está no alvará e cumprirem o que está no alvará. Agora, o que não é justo é eu, no passado, comprar um terreno mais barato, porque a lei assim o permitia, e agora vir aqui a sorrir candidamente, imputar à Câmara, que não é à Câmara, são aos munícipes todos deste concelho, a responsabilidade de fazer uma coisa que na realidade lhes compete a eles. Quando, hoje em dia, se alguém quiser construir num terreno que não esteja infraestruturado, a Câmara Municipal o que obriga para dar a licença de utilização é infraestruturar esse mesmo terreno, é fazer essas obras. A Câmara, ao dia de hoje, pode inviabilizar a construção se as infraestruturas não estiverem feitas. É um motivo para inviabilizar e para não passar a licença de construção. Obriga a que as pessoas o façam.

Pronto, tiveram condições privilegiadas no passado, agora cabe que se organizem, da melhor forma, a Câmara Municipal disse e irá fazer, exatamente, aquilo a que se comprometeu, exatamente, aquilo que está no alvará de loteamento e nada mais. Se tiver alguma questão em particular, veja o alvará ou consulte o urbanismo, reúna-se juntamente com o urbanismo para esclarecer, pela nonagésima vez, essa questão, porque há uma coisa que eu quero que fique clara, não vamos fazer aquilo que não somos obrigados a fazer perante a lei para dar uma vantagem injusta a pessoas que, na realidade, não deveriam e não a devem ter.

Relativamente ao policiamento, sim, sabemos que até existem moradores lá naquela zona que são, alguns são construtores, não estou a dizer que são eles que colocam ou que não colocam lixo, de construção e demolição, os RCD, mas vamos estar atentos e mais atentos, e vamos passar essa informação à PSP. No passado já verificámos essa situação, depois, quando fomos lá para notificar o produtor, o produtor desse lixo já tinha recolhido esses mesmos resíduos de construção e demolição, e ainda bem que o fez. Esperemos que essa pessoa não volte a repetir, e estaremos atentos, e sempre que verificarmos uma situação dessa forma, atuaremos.

Pronto, era isto que eu queria dizer e acho que respondi a todas as questões que foram colocadas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sr. Presidente, ainda tem tempo, quer responder à questão do lixo por favor?”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Posso responder a isso e a outra coisa também, muito rapidamente, porque eu depois lembrei-me e também não toquei no assunto. Relativamente às questões do lixo, não sei se haverá mais ou menos recolha, vamos estar atentos às questões que colocou relativamente à recolha do lixo. Se tiver algum exemplo prático, alguma situação prática, peço que nos envie e nos alerte para essa situação. Eu só pedia que, se quiser... eu pedia, e tive o cuidado de ouvir a todos e ninguém interrompi, e agora, apesar de eu saber que ainda tenho tempo, eu espero que respeite. Em relação ao lixo, vamos ver essas questões, o que eu lhe disse foi que, sempre tiver alguma questão, comunique. Tudo bem, disse que já comunicou, tudo bem, ótimo. Vamos ver junto dos serviços.

Relativamente ao processo aquisitivo dos bilhetes, os mesmos seguem os procedimentos previstos e, neste caso, fazemos da mesma forma que sempre foi feito ao longo de anos e anos nesta casa. Pronto, não temos mais nada a dizer relativamente a esse aspeto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos agora passar às bancadas, a cada grupo municipal. Eu pergunto, e peço que sejam os líderes a indicar se querem falar eles, se querem indicar alguém da sua bancada. Recordo que hoje a bancada

da CDU, uma vez que não está a sua líder habitual oficial, é o senhor deputado João Faim, que é o líder da bancada, para recordar o mandato anterior. Então, pergunto às bancadas quem quer usar a palavra, sobre as intervenções do público.”

Deputado Nuno Cavaco em nome do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A CDU tem aqui quatro notas muito curtas, e a primeira é dizer ao primeiro munícipe que veio cá que a questão do tratamento dos lixos, dos resíduos, não é feita assim, senão cada um tinha o seu sistema. Os sistemas são licenciados, e no caso português, no caso europeu, até houve uma chantagem para que não fossem públicos. O que passamos hoje com a fatura de água é resultado de um processo que levou à privatização de uma empresa que foi criada para servir o público e que, neste momento, o principal objetivo é dar lucro aos acionistas, e por isso é que as coisas não funcionam e por isso é que nós pagamos cada vez mais e ainda vamos pagar mais. É por isso. E, portanto, o que o senhor disse não faz sentido, quer pelo que o senhor Presidente da Câmara disse, mas também pela lógica do capitalismo que aquilo é feito para dar lucro, não é feito para servir as pessoas. Serviria às pessoas se fosse o resultado do esforço das câmaras todas, essas sim têm o papel de servir as pessoas.

A segunda nota, Sr. Presidente da Assembleia, é que a CDU já propôs que as reuniões fossem às 21 horas, exatamente, por aquilo que o munícipe disse, que era para as pessoas poderem participar e acompanhar. Nós consideramos que reuniões fora desta hora limitam muito a democracia.

A terceira nota, e como nós não conhecemos os processos, quer do que o Sr. Manuel Rodrigues, quer do que o Sr. Paulo Caetano e o outro senhor que eu não fiquei com o nome, e peço desculpa por isto, vieram, a CDU tem aqui uma postura concreta, que é as pessoas têm o direito a falar e têm o direito de ter respostas concretas. E aqui foi falado muita coisa, mas não se respondeu sobre a questão da rua das Andorinhas. E nós até ficámos a pensar, quem é que tem razão, porque foi aqui dito, e já não é a primeira vez, que houve uma promessa de alcatroar esta rua. E se houve, a gente tem que saber se houve ou não. Não. O que foi aqui dito não é o que está no alvará. O Sr. Presidente há bocado dizia assim, “eu não interrompi ninguém”, pronto, interrompeu-me a mim, pronto, tudo bem.

O que foi aqui dito, e o Sr. Presidente ouviu, foi que o Sr. Presidente prometeu alcatroar a rua. Eu não estava lá, não sei, eu acredito nos dois, mas acho que isto devia ser esclarecido, porque o Sr. Paulo Caetano já veio cá muitas vezes a dizer que o senhor prometeu alcatroar a rua, ora, se prometeu alcatroar a rua, nós temos que ver. E o que nós apelamos à Câmara Municipal, e estamos disponíveis para acompanhar, é que haja boa nota destas questões e que se tente resolver, porque isto não é bom para ninguém. E, às vezes, parece que há aqui um braço de ferro, e é mau para a Câmara, é mau para os moradores, é mau para nós todos, que temos aqui muitos assuntos para discutir. Portanto, Sr. Presidente, a CDU o que tinha que dizer era só isto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 Voto de Pesar “Pelo falecimento de Joaquim Rolo, Presidente do Rancho Folclórico Fazendeiros da Barra”, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;
- 2.2 Moção “Defesa do Ambiente e do Direito ao Lazer das Populações nas Praias da Arrábida”, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda;
- 2.3- Moção “27 de Junho - Dia Internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA;
- 2.4- Moção “Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA;
- 2.5- Moção “Pela Paz e pelo desenvolvimento humano”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária;

- 2.6- Saudação “Pela defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;
- 2.7- Saudação “À força dos trabalhadores, construtores do progresso e conquistadores de direitos”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Grupo Municipal do Partido Socialista para proceder à apresentação do documento 2.1.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Joaquim Rolo, Presidente do Rancho Folclórico Fazendeiros da Barra Cheia

“A Assembleia Municipal da Moita manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Joaquim Rolo, Presidente do Rancho Folclórico Fazendeiros da Barra Cheia.

Residente na Barra Cheia, Alhos Vedros, Joaquim Rolo era uma pessoa amplamente conhecida e estimada na Barra Cheia e todo o Concelho da Moita, era dirigente associativo e conhecido pela sua dedicação ao Folclore e à preservação das tradições culturais da região.

Sob a sua liderança o Rancho dos Fazendeiros manteve uma presença ativa na divulgação da identidade popular e das raízes tradicionais da Barra Cheia.

A sua partida prematura constitui uma perda sentida para a sua família, amigos e para toda a comunidade alhosvedrense, que hoje vê partir um dirigente Associativo que também organizava a Festa dos Fazendeiros da Barra Cheia, festa popular com vários visitantes de toda a região, sempre organizada no mês de agosto.

Neste momento de profunda tristeza, a Assembleia Municipal da Moita presta homenagem à sua memória, expressando à sua família e amigos as mais sentidas condolências e solidariedade.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal da Moita aprove o presente Voto de Pesar, observando um minuto de silêncio em memória de Joaquim Rolo, e que dele seja dado conhecimento à respetiva família.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado Fernando Fonseca do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Gostaria de subscrever inteiramente aquilo que este voto de pesar transmite, não só pelas excelentes palavras que são ditas, mas também pelo sentimento que me toca pessoalmente a mim, e permita-me esta abordagem, sendo um parente, e antes de mais, uma vez que tendem em apresentar a saudação a todos os familiares, permita-me antes de mais agradecer em nome de todos os familiares diretos estas belas palavras e este voto de pesar. Obrigado.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção colocou o voto de pesar à votação.

Submetido a votação, o **voto de pesar** foi **aprovado** por **unanimidade**, com trinta votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, um do PSD, um do BE.

Neste momento, os membros da Assembleia Municipal colocaram-se de pé e realizaram um **minuto de silêncio** em homenagem a **Joaquim Rolo**.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputado António Chora do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“MOÇÃO

DEFESA DO AMBIENTE E DO DIREITO AO LAZER DAS POPULAÇÕES NAS PRAIAS DA ARRÁBIDA

Considerando que:

Que as praias da Arrábida integram um ecossistema frágil e protegido de elevado valor ecológico, cuja biodiversidade depende da gestão pública e da fiscalização rigorosa do Estado.

Que o acesso gratuito e livre à natureza e ao mar é um direito fundamental de uso público e livre indispensável para a saúde física, mental e qualidade de vida das populações em geral e da Península de Setúbal, em particular.

Que tentativa de apropriação privada destas zonas balneares representa uma forma de elitismo territorial, que visa afastar as classes populares de um bem comum para benefício de interesses imobiliários.

Que o domínio público hídrico é inalienável, sendo inaceitável o recurso aos tribunais para tentar reverter direitos coletivos consolidados há décadas pelas comunidades locais.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em Sessão Plenária, a 26 de junho de 2026 delibera:

1. **Rejeitar** frontalmente a tentativa de privatização das praias e no caso em concreto as da Comenda, Rasca, Rainha, Maria Esguelha e Albarquel por parte de interesses imobiliários privados.
2. **Defender** a integridade ecológica do Parque Natural da Arrábida através da manutenção da gestão pública integral de todas as suas praias, acessos e zonas de lazer.
3. **Exigir** ao Governo e à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que atuem como intransigentes defensores dos direitos das populações, garantindo que o dinheiro público é usado para proteger o bem comum e não interesses particulares.
4. **Solidarizar-se** com os ativistas que se mobilizam na defesa do ambiente e do direito ao acesso público ao mar e à serra na nossa região.
5. **Remeter** esta moção caso seja aprovada ao Ministério do Ambiente, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Agência Portuguesa do Ambiente e aos Municípios da Região de Setúbal”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sobre esta moção do Bloco de Esquerda, estamos 95% de acordo, mas há um ponto que não. Tem a ver com o ponto 4, que é a solidarização com os ativistas. A solidarização com os ativistas não é da competência desta Assembleia, aliás, muitos dos quais fazem política de rua e bloqueios à margem da lei, como nós sabemos. Portanto, votaremos a favor desta moção se este ponto for retirado, se não for, vamo-nos abster.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Pergunto ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda o que é que tem a dizer sobre esta proposta do Sr. Deputado do CHEGA.”

Deputado António Chora do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“Eu mantenho a moção tal como está.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter pedidos de intervenção colocou a moção à votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, um do BE; oito abstenções, sendo sete do CH, uma do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para proceder à apresentação do documento 2.3.

Deputado Fernando Fonseca do Grupo Municipal do Partido CHEGA

«MOÇÃO

27 de Junho, “Dia Internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas”

Considerando que:

- O Dia Internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas, assinalado a 27 de junho, visa reconhecer o papel destas entidades no desenvolvimento económico e social;
- As micro, pequenas e médias empresas são fundamentais para o tecido empresarial e social do concelho da Moita, contribuindo de forma decisiva para a criação de emprego e para a dinamização da economia local;
- Estas empresas desempenham um papel relevante na proximidade económica, no apoio à comunidade e na coesão social;
- Persistem, no entanto, desafios relevantes, nomeadamente ao nível da simplificação administrativa, condições de atividade e sustentabilidade financeira;

A Assembleia Municipal da Moita delibera:

1. Assinalar o Dia Internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas;
2. Reconhecer o contributo das PME como elemento estruturante do desenvolvimento económico e social do concelho;
3. Defender a importância de políticas públicas que promovam condições favoráveis ao desenvolvimento e crescimento das empresas locais;
4. Recomendar ao executivo municipal a continuidade e reforço de medidas de apoio ao tecido empresarial do concelho;
5. Recomendar ao executivo municipal maior agilidade administrativa e a redução dos prazos de pagamento a fornecedores locais, assegurando melhores condições de tesouraria e sustentabilidade às PME do concelho.

O fortalecimento das PME é essencial para o desenvolvimento sustentável, a coesão social e a vitalidade económica da Moita.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputada Susana Vasques do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A CDU, como é óbvio, apoia as micro, pequenas e médias empresas, revê-se em muito do que está aqui, no entanto, as empresas não são abstratas. As empresas são feitas de pessoas e são feitas de trabalhadores, muitos deles até são os próprios empresários, e não vejo a palavra trabalhador uma única vez aqui espelhada. É só a consideração que tenho para dizer.”

Deputado Fernando Fonseca do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“É só para salientar o seguinte. Compreendo aquilo que nos está a ser informado, a questão é que esta moção reside e tem um foco principal no Dia Internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas, portanto, se bem se recorda, anteriormente, e acho que até fui eu se não estou em erro, aquando da saudação do Dia do Trabalhador, aí sim foi referido aquilo que nos disse que agora não foi referido, e muito mais provavelmente. Portanto, àquilo que reside ser transmitido por este documento, considero que esteja completo nesse sentido.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Nós vamos acompanhar esta moção, até porque o Partido Socialista, no último mandato, fez uma aposta muito grande no apoio aos empresários no concelho da Moita, com a criação do Gabinete de Apoio ao Empresário e ao Empreendedor. Tem sido uma ferramenta, na minha opinião, que tem suportado aqui muitas empresas, pequenas e médias empresas, a desburocratizar muitas vezes os processos para se implementarem no nosso concelho, e por isso, como é óbvio, nós acompanhamos esta moção, acompanhamos esta importância que as micro, pequenas e médias empresas têm no tecido empresarial, e como é óbvio, aqui no nosso concelho também.

Deixar aqui só um pequeno reparo, no último ponto da moção, no que respeita à questão da recomendação para a agilidade administrativa e redução dos prazos de pagamento, nós, neste momento, na Câmara Municipal, pelos relatórios que temos informação, já praticamos prazos de pagamento bastante reduzidos face àquilo que é a média a nível nacional das autarquias, mas também não me parece que seja um problema aprovarmos esta recomendação.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção colocou a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **unanimidade**, com trinta votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, um do PSD, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para proceder à apresentação do documento 2.4.

Deputado Hugo Simões do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“MOÇÃO

Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas

Considerando que:

- O Relatório Anual de Segurança Interna 2025 confirma um aumento dos crimes de tráfico de droga (+10,1%), demonstrando o agravamento do problema;
- O tráfico de estupefacientes é hoje um dos principais motores da criminalidade, da violência e da insegurança nas comunidades;
- Está diretamente associado a conflitos entre grupos criminosos, uso de violência e à prática de crimes como roubos, extorsões e homicídios;
- Representa um dos maiores desafios de saúde pública, afetando o bem-estar físico, mental e a coesão social das populações;
- A Área Metropolitana de Lisboa, onde se insere a Moita, é uma das zonas mais afetadas por estes fenómenos;

- Apesar da gravidade da situação, não existem dados públicos detalhados ao nível do concelho, dificultando a avaliação rigorosa da realidade local;

A Assembleia Municipal da Moita delibera:

1. Assinalar o Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas, alertando para a gravidade deste fenómeno;
2. Afirmar que o tráfico de droga **é um fator determinante no aumento da criminalidade e da insegurança no concelho e no distrito de Setúbal**;
3. Exigir ao Governo o reforço de meios das forças de segurança e uma **resposta firme no combate às redes de tráfico**;
4. Defender uma política de **tolerância zero face à criminalidade organizada**, com especial foco na prevenção junto dos jovens;
5. Exigir maior transparência, nomeadamente através da **divulgação de dados de criminalidade à escala do concelho da Moita**, permitindo uma resposta mais eficaz e ajustada à realidade local.

Fechar os olhos ao tráfico de droga é abrir a porta à criminalidade.

Na Moita, é tempo de agir com firmeza e responsabilidade.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com dezassete votos a favor, sendo um do PS, oito da CDU, sete do CH, um do BE; doze abstenções, sendo onze do PS, uma do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“A declaração de voto é para dar nota que a bancada do Partido Socialista se absteve nesta proposta, tendo em conta que o tráfico de droga é por si já um crime, penso que não seja necessário estarmos a fazer saudações e moções para um dia internacional contra um fenómeno que, claramente, a todos nos afeta e, por isso, não fazia sentido estarmos a aprovar esta moção.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.5.

Deputado Ricardo Paz do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“MOÇÃO

PELA PAZ E PELO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Em várias regiões do mundo, milhões de pessoas continuam a sofrer as consequências de conflitos armados, bloqueios, sanções e embargos, que provocam destruição, migrações forçadas de refugiados que fogem da fome, da doença e das graves violações dos direitos humanos. Assistimos impávidos e serenos a uma crise humanitária, de dimensões nunca vistas, desde as grandes guerras.

Para além dos conflitos bélicos, as consequências de bloqueios, sanções e embargos, que restringem o acesso a alimentos, medicamentos e bens essenciais, contribuem para a fome, para a proliferação de doenças e, conseqüentemente, para um número absurdo de mortes em populações civis.

Considerando que a paz é um direito humano fundamental e uma condição indispensável ao desenvolvimento social, económico e humano;

Considerando que persistem conflitos devastadores em países como a Palestina, a Ucrânia, o Irão, o Líbano, o Sudão, a Síria e a Líbia, entre outros, que perpetuam ciclos de pobreza, desigualdade, deslocação forçada e violação de direitos humanos;

Considerando que o aumento da despesa militar, nomeadamente na União Europeia, contrasta com necessidades urgentes das populações nas áreas da saúde, habitação, educação e coesão social e apenas beneficia os interesses económicos da indústria da guerra e do armamento que lucra com a continuidade dos conflitos;

A Assembleia municipal delibera:

- Reafirmar a paz como direito universal, defendendo soluções políticas e diplomáticas em todos os conflitos;
- Alertar para os impactos humanitários de bloqueios, sanções e embargos que afetam e punem populações civis;
- Condenar todas as formas de violência e os interesses económicos da indústria que promove a perpetuação da guerra;
- Defender para a União Europeia, uma reorientação e uma reafectação progressiva de recursos da despesa militar para políticas públicas essenciais que promovam o bem-estar e o desenvolvimento das populações.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Obviamente que o CHEGA será a favor da paz no mundo, mas esta moção também mistura tudo, ou seja, guerra, sanções, indústria, mas de facto esquece uma coisa que é a realidade. Não podemos fragilizar a segurança da Europa e dos portugueses só para fazer propaganda ideológica. Somos, obviamente, a favor da paz, mas a paz defende-se. E esta moção não diz uma palavra sobre os regimes totalitários e ditadores que ameaçam a liberdade. Portanto, acho que também há aqui uma falha, não é falha, é uma proposta do Partido Comunista, portanto é mesmo assim.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção colocou a moção à votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo doze do PS, oito da CDU, um do BE; oito abstenções, sendo sete do CH, uma do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“Como é óbvio, nós iríamos acompanhar esta moção. Que todas as moções que nós fizéssemos passar nesta Assembleia Municipal fossem capazes, de facto, trazer paz a muitos povos que estão neste momento a passar por dificuldades e a ficarem claramente privados daquilo que é um direito à vida. Deixar aqui nota que gostei especialmente de ver escrita aqui nesta moção a Ucrânia por parte do CDU.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do Partido Socialista para proceder à apresentação do documento 2.6.

“SAUDAÇÃO

Pela defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses

A Assembleia Municipal da Moita saúda os trabalhadores portugueses que, de forma firme, responsável e determinada, manifestaram a sua oposição ao denominado «Pacote Laboral» apresentado pelo Governo, contribuindo decisivamente para a rejeição de um conjunto de propostas que eram amplamente entendidas como suscetíveis de fragilizar direitos laborais conquistados ao longo de décadas de democracia.

Num país que pretende afirmar-se como moderno, competitivo e capaz de responder aos desafios económicos e sociais do presente e do futuro, é legítimo e necessário discutir a atualização das leis laborais. Porém, essa modernização não pode ser feita à custa da redução de direitos, do aumento da precariedade, da diminuição, da proteção, dos trabalhadores ou do desequilíbrio das relações laborais em benefício exclusivo das entidades empregadoras.

A Assembleia Municipal da Moita considera que o desenvolvimento económico e a justiça social não são objetivos incompatíveis. Pelo contrário, uma economia mais forte exige trabalhadores valorizados, protegidos e respeitados nos seus direitos.

Esta saudação dirige igualmente uma palavra de reconhecimento às organizações sindicais que, a partir das suas diferentes sensibilidades e estratégias de intervenção, souberam convergir na defesa dos trabalhadores portugueses.

Merece particular destaque o papel desempenhado pela UGT, que manteve até ao fim a sua participação nos processos de diálogo e negociação em sede de Concertação Social, demonstrando que a firmeza na defesa de princípios é plenamente compatível com o exercício da concertação, da negociação e da procura de consensos.

Também naturalmente destacamos de igual modo a CGTP que, tendo formas diferentes de atuar, mobilizou os trabalhadores com fortes lutas nos locais de trabalho e nas ruas de diversas formas, incluindo a convocação da Greve Geral.

A Assembleia Municipal da Moita saúda ainda todos os sindicatos e dirigentes sindicais que contribuíram para este processo de mobilização, bem como as forças políticas representadas na Assembleia da República que assumiram uma posição de rejeição das propostas apresentadas, correspondendo às preocupações expressas por amplos setores da sociedade portuguesa.

Assim, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2026, a Assembleia Municipal da Moita delibera:

1. Saudar os trabalhadores portugueses pela sua mobilização e determinação na defesa dos seus direitos laborais;
2. Saudar as organizações sindicais que contribuíram para este resultado, reconhecendo o papel do movimento sindical na consolidação da democracia e da justiça social;
3. Reafirmar a necessidade de políticas laborais que promovam simultaneamente o desenvolvimento económico, a competitividade das empresas, a valorização do trabalho e a proteção dos direitos dos trabalhadores;
4. Dar conhecimento da presente Saudação ao Governo da República, à Assembleia da República, às centrais sindicais e aos órgãos de comunicação social locais e regionais.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a saudação à discussão intervieram:

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Eu tive de voltar a página duas vezes e realmente está o logotipo do PS. Eu pensava que era da CDU, mas pronto, é do PS. De facto, poderia ser apresentado tanto por uma bancada como por outra, talvez um pouco menos marxista, mas igualmente também na mesma linha ideológica.

O CHEGA, obviamente, está com os trabalhadores, mas também está com as empresas e com os empresários. E esta saudação, quanto a nós, é demasiado unilateral. Só fala de sindicatos, mobilização,

não fala sobre as empresas, a sua importância para a economia, nem para o tecido social e para a criação de emprego que estas empresas constituem na sociedade. É isso.”

Deputada Susana Vasques do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu queria fazer aqui um pedido de alteração e só uma consideraçãozinha. A alteração é que a CGTP convocou duas greves gerais, não foi uma. É só isto. E a consideração é que realmente, se formos a ver bem, quem defendeu os direitos dos trabalhadores e fez cair o pacote laboral não é, foi as lutas da rua. E nas lutas da rua há que destacar que a CGTP esteve presente em todas e que a UGT preferiu optar, realmente, de forma diferente pelas negociações, e se não fosse a luta da rua ainda hoje estavam a negociar, mas, entretanto, havia uma votação na Assembleia. Por isso, penso que aqui os papéis estejam um bocadinho invertidos, mas pedíamos mesmo era esta alteração, se faz favor.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Bem, respondendo aqui ao Sr. Deputado Vítor Cardoso, nós não escolhemos misturar, então ainda há pouco o senhor acusou a CDU de misturar tudo na moção deles. Nós aprovámos uma moção a saudar os empresários, agora aprovamos uma moção a saudar os trabalhadores pela luta que fez. É simples. Nós não misturamos. O senhor há pouco acusou a CDU de misturar tudo, nós aqui estamos a aprovar coisas diferentes. Tivemos a oportunidade de saudar a moção que o senhor apresentou, que a vossa bancada apresentou, para saudar as PME e as micro e pequenas empresas, e agora estamos a saudar os trabalhadores que lutaram pelos seus direitos. Por isso, não vejo aqui problema nenhum em separar aquilo que são as saudações que queremos fazer nos momentos certos e nas alturas certas.

Depois, sobre a proposta da CDU, nós não vamos alterar o nosso texto, vamos manter o texto como ele está.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Só duas notas e esta é a mesma a brincar e é só para responder aqui ao CHEGA. Há bocado apresentaram um documento sobre a droga, não falava de drogados, e nós aprovámos. Cada momento tem as suas coisas, e nós estamos a falar de um ataque aos trabalhadores que a grande parte dos empresários, dos micro, pequenos e médios empresários, eram contra, e disseram-no.

Sobre o que o Sr. Daniel Serpa disse eu não concordo, a gente vai votar a favor, com certeza, mas deixem-me dizer duas coisas. A primeira é que nem todos os que estamos aqui, trabalhadores, fizemos greve e fomos à luta. A segunda é que houve dirigentes da UGT que votaram a favor do Código do Trabalho. Ok? Isto que fique registado porque não somos todos iguais.

Sobre ser marxista, eu queria agradecer o elogio aqui ao Sr. Vítor. Muito obrigado, fiquei muito contente.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, um do BE: sete abstenções do CH; um voto contra do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.7.

Deputada Eli Rodrigues do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“SAUDAÇÃO

À força dos trabalhadores, construtores do progresso e conquistadores de direitos

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em sessão ordinária a 26 de junho de 2026, delibera saudar os trabalhadores portugueses pela sua luta persistente, pela sua determinação coletiva e pelo papel insubstituível que desempenham na construção do desenvolvimento económico, social e cultural do País.

São os trabalhadores que produzem a riqueza, asseguram o funcionamento da sociedade e garantem, diariamente, através do seu esforço, conhecimento e dedicação, o progresso das comunidades e a melhoria das condições de vida das populações.

A história do nosso país demonstra que nenhum dos direitos laborais, sociais e democráticos foi oferecido. O direito ao trabalho com dignidade, às férias pagas, à contratação coletiva, à segurança social, aos horários de trabalho regulados, à proteção na doença e na maternidade, à saúde e segurança no trabalho e a tantos outros direitos fundamentais foram conquistados através da luta organizada, da coragem e da persistência de gerações de trabalhadores.

Num momento em que persistem baixos salários, a precariedade laboral, a desvalorização das carreiras e as dificuldades sentidas por milhares de famílias, torna-se ainda mais evidente a importância da intervenção dos trabalhadores e das suas organizações representativas na defesa dos direitos conquistados e na exigência de novas respostas para os problemas do presente.

A Assembleia Municipal da Moita destaca o papel decisivo da ação sindical e da mobilização dos trabalhadores, cuja intervenção tem sido fundamental para travar retrocessos sociais, combater injustiças e afirmar a necessidade de uma mais justa distribuição da riqueza produzida.

Assinala-se, neste contexto, a expressiva participação dos trabalhadores nas ações de luta e nas greves gerais realizadas nos dias 11 de dezembro de 2025 e 3 de junho de 2026, momentos que evidenciaram, de forma inequívoca, a força de quem trabalha e a importância central do trabalho para o funcionamento do País. Ficou demonstrado que são os trabalhadores a verdadeira força motriz da economia e da sociedade, sem os quais nada se produz, nada se transforma e nada avança.

Num concelho com profundas raízes operárias e populares como a Moita, a valorização do trabalho e dos trabalhadores assume particular significado. A identidade do concelho está intimamente ligada à dedicação e à luta de gerações de homens e mulheres que contribuíram para o desenvolvimento local, para a melhoria das condições de vida da população e para a construção de uma sociedade mais justa.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera:

- Saudar todos os trabalhadores pela sua contribuição decisiva para o desenvolvimento do País e pela sua ação na defesa e conquista de direitos;
- Homenagear as gerações de trabalhadores que, através da sua luta, conquistaram direitos laborais, sociais e democráticos que constituem património coletivo do povo português;
- Reafirmar o valor do trabalho como elemento central da sociedade e condição essencial para o progresso económico e social;
- Defender a valorização dos salários, o combate à precariedade, a estabilidade no emprego e o respeito pela contratação coletiva;
- Reconhecer o papel determinante dos trabalhadores e das suas organizações sindicais na construção de uma sociedade mais justa, solidária e desenvolvida;
- Exigir a salvaguarda e o reforço dos direitos laborais, rejeitando quaisquer tentativas de retrocesso social.

A presente saudação deve ser remetida à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares e às organizações representativas dos trabalhadores, para conhecimento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a saudação à discussão intervieram:

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Como é óbvio, nós saudamos os trabalhadores e saudamos todos os dias quem se levanta de manhã para criar riqueza e para chegar ao fim do mês e conseguir subsistir. Não é preciso, digo eu, uma moção na Assembleia para o relembrar. Mas esta moção tem esta particularidade, não é só uma moção aos trabalhadores, isto é um manifesto político comunista. Esta saudação divide, mais uma vez, como é apanágio, entre as classes de patrões e trabalhadores, como se as empresas não fossem feitas por empresários que arriscam, que investem e que dão empregos e que defendem a nossa economia

também. Vem celebrar greves que paralisam o país, vem pedir mais despesas, mais encargos, mais Estado para quem produz, sem dizer uma palavra sobre baixar impostos ao trabalho, cortar burocracias ou acabar com a fraude.

O CHEGA, obviamente, que está ao lado e sempre esteve ao lado dos trabalhadores, das empresas também, mas está contra a luta de classes e contra esta ideologia que também passa nas autarquias e contra algumas promessas vãs.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária

“Eu só quero dizer duas coisas muito concretamente, porque isto é o tom do CHEGA, e dizer ao Sr. Vítor que aquilo que nós dizemos é científico. Nós não acordámos de manhã, batemos com a cabeça num lado qualquer e dissemos que há luta de classes. É científico. Ele não concordar, eu conheço gente que vota no CHEGA que diz que a Terra é plana e que é contra as vacinas. Está certo. Eu respeito. Agora, isto é científico. Há patrões, e atenção, os patrões que nós nos referimos não é o merceeiro, não é o sapateiro, são os donos dos meios de produção, as grandes empresas. Esses, sim, fazem exploração, porque a maior parte, e nós já dissemos aqui, dos patrões portugueses são micro, pequenos e médios empresários. São trabalhadores. É gente que investe e que trabalha. Não é o Ricardo Salgado. O Ricardo Salgado e os outros, esses não são trabalhadores, esses vivem do trabalho dos outros, portanto, quem cria a riqueza são os trabalhadores, quem tem os meios de produção é a classe dominante. E isto é científico. O Sr. Vítor não concorda, tudo bem.

Agora, esta moção não é assim tão ideológica, não é, descreve exatamente o que se passou agora, o que eu não percebo é como é que há trabalhadores a votar no CHEGA. O CHEGA conseguiu, e eu contei, ter 15 posições diferentes sobre o Código de Trabalho. À segunda e terça-feira era a favor, depois era contra os sindicalistas e acaba a fazer assim. Epá, eu digo-vos, eu tinha vergonha de votar numa coisa destas.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“O Deputado Nuno, e a respetiva bancada, obviamente, que prescindimos do seu voto no CHEGA não é? Em relação a não saber como é que os trabalhadores votam no CHEGA, é fácil, é fazer as contas, verem quantos deputados têm na Assembleia e quantos deputados nós temos. É só isso. Se calhar estão a ir pelo caminho errado, mas ainda bem.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

«Então, vamos passar à votação da saudação. Eu só agradecia, e nestas coisas nós até podemos ter relações pessoais de cortesia ou de não cortesia, mas quando a gente se dirigir a um deputado ou outro, chame o deputado tal, senão quem está lá em casa quando diz “o Sr. Vítor” é capaz de pensar que é o homem da taberna, ou coisa assim. Portanto, vamos respeitar um bocadinho. Eu acho que não é falta de respeito, mas é ter alguma atenção a isso, está bem?»

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária

“Posso?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu não falei em si.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária

«Falou, falou. Fui eu é que falei “Sr. Vítor” várias vezes. Sr. Presidente, se me chamar Sr. Nuno eu não levo a mal. Eu tenho uma relação cordial com o Sr. Vítor e, sinceramente, deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu acho que nós aqui não somos deputados. Eu discordo com o termo de deputado municipal. Se calhar estou enganado, se calhar tem a ver com a minha conceção da sociedade, pronto, sou marxista. Agora eu não falei ao respeito ao meu amigo Vítor. Tenho a maior consideração por este senhor. Politicamente... o meu tempo está a contar e não devia estar...

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Parem o tempo por favor porque isto é uma interpelação à Mesa.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária

“Politicamente, a gente discorda em quase tudo, em quase tudo, fora daqui, eu cumprimento-o e acho uma pessoa extremamente simpática. Que isto fique claro. Agora, tenho o direito de discordar do meu, vou-lhe chamar assim, amigo Vítor. Ponto. Não é falta de respeito nenhum.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

«Eu não digo que seja falta de respeito, eu peço um bocadinho de atenção, mais nada, só isso. Está no regimento desta assembleia, é praxe e reconhecido até pelo próprio governo e por toda a gente, e os senhores, se calhar, gostavam que se chamasse o membro, “o membro não sei o quê”, não. Acho que esta é uma luta dos trabalhadores, porque todos aqui são trabalhadores, pela classe que representam, a classe política das assembleias municipais, porque deputam, porque debatem e é amplamente reconhecido, e está no nosso regimento e temos que o respeitar.»

Em seguida, por não ter mais pedidos de intervenção, colocou a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, um do BE: oito votos contra, sendo sete do CH, um do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

“Todas as bancadas têm tempo livre ainda para declarações políticas, para intervenções sobre aquilo que pretenderem. A CDU quer fazer uma declaração política, é isso? Então faça favor, Sr. Deputado.”

Declaração Política do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária proferida pelo Deputado Nuno Cavaco

“A regionalização é uma das grandes reformas democráticas que continua por concretizar em Portugal, apesar de estar consagrada na Constituição há mais de 50 anos. Durante décadas disseram-nos que a regionalização criaria mais burocracia, mais tachos, mas a realidade mostra precisamente o contrário. Hoje existem estruturas regionais dirigidas por responsáveis escolhidos através de nomeações e acordos partidários, longe do escrutínio direto dos cidadãos, e são às centenas, feitos por acordos debaixo da mesa, as nomeações para satisfação de clientela partidária.

O verdadeiro problema não é a regionalização, é a falta dela.

Regionalizar é democratizar, é permitir que as populações elejam quem decide sobre o desenvolvimento das suas regiões, é combater o centralismo excessivo que concentra recursos e decisões em Lisboa, é dar mais capacidade aos territórios para responder aos seus próprios desafios e potencialidades.

A regionalização é também um instrumento essencial para combater as desigualdades territoriais, promover a coesão nacional e garantir um desenvolvimento mais equilibrado do país.

Não há democracia a mais quando se aproxima ao poder dos cidadãos. Há, isso sim, democracia a menos quando as decisões continuam a ser tomadas longe daqueles que são diretamente afetados por elas.

Por isso, defender a regionalização é defender um Portugal mais justo, mais desenvolvido, mais transparente e mais democrático.

É tempo de cumprir a Constituição e avançar com uma reforma que o país continua a precisar.

Foi isso que o Partido Comunista Português fez, mais uma vez, na quarta-feira passada e que a direita chumbou.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Atas do XIV Mandato 2025-2029:

3.1.1 - Ata nº3/26 – Sessão Extraordinária – 25.04.2026

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou que só quem participou na reunião em apreço pode votar e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e um votos a favor, sendo dez do PS, quatro da CDU, cinco do CH, um do PSD e um do BE.

3.1.2 - Ata nº4.1/26 – Sessão Ordinária de abril – 1ª reunião – 30.04.2026

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou que só quem participou na reunião em apreço pode votar e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e dois votos a favor, sendo dez do PS, cinco da CDU, cinco do CH, um do PSD e um do BE.

3.1.3 - Ata nº4.2/26 – Sessão Ordinária de abril – 2ª reunião – 04.05.2026

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Recordou que só quem participou na reunião em apreço pode votar e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e três votos a favor, sendo dez do PS, cinco da CDU, cinco do CH, um do PSD e um do BE.

3.2 - Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com nove votos a favor, sendo quatro do PS, três do CH, dois da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 04/05/2026:

“Considerando que:

Pela proposta n.º 60/XIV/2026, aprovada na reunião de Câmara de 7 de janeiro de 2026, foi deliberado dar início ao procedimento administrativo conducente à elaboração do Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita;

O período para a constituição de interessados decorreu entre os dias 13 e 27 de janeiro de 2026, não se tendo registado quaisquer manifestações nesse âmbito;

Na sequência do referido procedimento, foi elaborado o projeto de Regulamento, o qual foi submetido a deliberação da Câmara Municipal através da proposta n.º 106/XIV/2026, aprovada na reunião de Câmara de 13 de fevereiro de 2026, tendo sido deliberada a sua submissão a consulta pública pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis;

O projeto de Regulamento foi publicitado no sítio institucional do Município da Moita, nas respetivas redes sociais, nos quiosques digitais e no Diário da República em 26 de fevereiro de 2026, tendo o período de consulta pública terminado em 13 de abril de 2026;

Durante o período de consulta pública não foram apresentadas quaisquer participações, contributos ou reclamações;

Encontra-se, assim, concluída a versão final do Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita, a qual se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante para todos os efeitos legais;

Compete aos municípios prosseguir atribuições nos domínios da saúde e do ambiente, nos termos das alíneas g) e k) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

Nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da referida Lei, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamentos para aprovação.

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar o Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita;
- b) Remeter o referido Regulamento à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Em anexo: Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Para explanar esta questão, se me for permitido, passo a palavra à Vereadora Anabela Rosa para fazer uma breve sumula da proposta.”

Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa

“A proposta que aqui trazemos já passou por todas as fases do procedimento administrativo, já foi aprovada em reunião de Câmara e segue para aprovação aqui em Assembleia Municipal. Trata-se do regulamento de funcionamento e de atividade do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita. Este regulamento define as regras de funcionamento, dos serviços, do acesso dos munícipes ao serviço, das regras de bem-estar dos animais e também de segurança dos trabalhadores que exercem trabalho neste equipamento. Portanto, pretende-se que se dê também conhecimento a toda a população, de forma transparente, destas regras de funcionamento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado Luís Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Está hoje em apreciação o regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita, CROAE.

Começamos por reconhecer a importância deste equipamento. O CROAE é necessário para o concelho, quer do ponto de vista da saúde pública, quer da segurança, quer da proteção e bem-estar animal.

O regulamento vem enquadrar formalmente matérias importantes, como a recolha e captura de animais errantes, o alojamento temporário, a identificação eletrónica, a vacinação, a promoção da adoção, a restituição aos detentores e o sequestro sanitário, quando legalmente previstos. Também valorizamos a previsão de condições de alojamento, cuidados veterinários e direção técnica pelo médico veterinário municipal.

No entanto, há questões que importa clarificar. Desde logo, o CROAE entrou em funcionamento em março de 2024 e este regulamento só agora chega à Assembleia Municipal. Consultado a informação pública disponível, não encontramos referência clara a taxas específicas do CROAE, atualmente em vigor no regulamento das taxas do município da Moita. Assim, colocamos uma pergunta objetiva ao Executivo.

Caso tenham sido cobradas taxas ou valores aos munícipes no âmbito dos serviços prestados pelo CROAE desde março de 2024, qual foi a respetiva base legal?

Esses valores estavam previstos no regulamento municipal de taxas em vigor à data? Se sim, em que artigo concreto, se não está, que enquadramento jurídico sustentou a eventual cobrança, se existiu. Se não foram cobradas taxas, esses esclarecimentos devem ficar registados., mas se foram cobradas, esta Assembleia deve reconhecer a base legal dessa cobrança.

Há ainda uma questão técnica relevante. O regulamento deve ser atualizado nas suas referências legislativas. Em particular, caso o documento remeta para o regulamento CE nº 1774/2002, essa referência está desatualizada. Esse diploma foi revogado e substituído pelo regulamento CE nº 1069/2009, relativo aos subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano.

Deve ainda ser considerada a recomendação de execução nomeadamente do regulamento da União Europeia nº 142/2011 e no Plano Nacional e Decreto-Lei nº 33/2017. Esta atualização importante em especial no que respeita à recolha, tratamento e eliminação de cadáveres animais.

Queremos deixar claro que não é nosso objetivo estar contra este regulamento. Reconhecemos a sua necessidade, mas entendemos que ela deve sair desta Assembleia tecnicamente correta, juridicamente atualizada e transparente.

Para além disso, deixamos algumas sugestões para futura melhoria.

Primeira, a criação de uma resposta de emergência fora do horário normal de funcionamento, a formalização de um programa de famílias de acolhimento temporário, a apresentação do relatório anual de atividade, o reforço do regime de colónias de gatos comunitários e do programa CED, e a criação de uma plataforma digital de adoção atualizada e acessível aos municípios.

Concluindo, o CROE é necessário e a concretização do regulamento é importante, mas deve ser atualizado nas referências legais e acompanhado de esclarecimentos sobre eventuais taxas cobradas desde a sua entrada em funcionamento.

O bem-estar animal exige meios, regras e responsabilidade, mas exige também rigor jurídico, transparência administrativa e respeito pelos municípios. Disse.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Isto agora é difícil, nós até acompanhamos muito do que o Partido CHEGA aqui apontou. Eu tinha aqui uma intervenção escrita, vou ter que a refazer, portanto, peço desculpa se houver aqui algum ou outro ponto que seja para trás.

Há outra questão técnica que temos que ter cuidado. O centro chama-se Centro de Recolha de Animais Errantes, e animais errantes podem ser dragões, podem ser dinossauros, e aquilo não é um centro de recolha para recolher dinossauros, nem vacas, nem porcos, nem cavalos. São animais de companhia, cães, gatos e furões. Eu não sou contra que se mude o nome, mas, tecnicamente, não é um centro de recolha de animais errantes. Vocês não vão recolher águias, nem dragões, e começa por aí. Mas, atenção, é uma questão técnica que temos que ver.

Depois, fazer aqui um bocadinho de história. Durante anos, ouvimos aqui e noutros fóruns que a CDU nada fez. A verdade é, exatamente, o contrário. Este centro é apenas um dos muitos exemplos que tem origem num percurso iniciado pela CDU, construído com as associações zoófilas e com trabalho concreto no terreno.

Dizer ainda que foram câmaras da CDU que, antes de haver legislação, que acabaram com o abate animal. Antes da legislação o proibir, já câmaras da CDU tinham esta boa prática.

Depois, dar aqui um exemplo de uma experiência, é o que é, uma experiência intermunicipal com os vizinhos do lado, a Quinta do Mião, que todos conhecem e que vou dispensar-me de dizer porque é que acabou, mas que também servia ao concelho da Moita e que nos serve de aprendizagem.

Depois, dizer mais duas coisas. O PS, como é habitual, apropriou-se de todo o trabalho feito. Não fez uma única menção ao trabalho anterior da CDU. Mas se é para o bem, também é para o mal.

E aqui, a CDU tem outra crítica. A consulta pública que houve para este regulamento, é obrigatório, diz que teve zero participações. Zero participações. E a CDU critica é isto, porque não é por falta de interesse, mas porque a participação foi tratada como formalidade e não como um processo real de envolvimento. Quando não se envolve ninguém, não se estranha que ninguém participe. E nós devemos envolver as associações. Nós mostrámos o regulamento a algumas pessoas que deram opiniões. Aliás, eu estou a ler opiniões de algumas pessoas que são ativistas do bem-estar animal.

Há ainda outra questão, que tem a ver com o resgate de animais em sofrimento fora do horário do expediente, que permanece sem resposta. Enquanto a Câmara tenta produzir uns regulamentos e nós acompanhamos o CHEGA, porque este regulamento já devia ter cá vindo quando o centro foi aberto. mas que não abordam o maior problema, se calhar, que temos, que são os animais que são alvos de

acidentes, de ocorrências, e que ficam a sofrer na via pública, ou então ficam à espera da boa vontade dos munícipes ou das associações que podem ir buscar, porque a Câmara não tem esta resposta.

E devíamos aqui todos, em trabalho em conjunto com a Câmara, com os bombeiros, com a PSP, com a GNR, com as associações e até com o voluntariado de munícipes criar aqui uma resposta para salvar estes pequenos animais, não os dragões, mas os cães, gatos e furões, que estejam na via pública. Porque os dragões, os cavalos e os outros têm outra área de competência.

O que o CHEGA disse, nós temos aqui também, a legislação está revogada, o regulamento 1774/2012, que é revogado e que tem outros dois, que eles disseram, o 1069/2009 e o 142/2011, mas o mais grave disto nem é isto, é que nós, a CDU, demo-nos ao trabalho de ir consultar regulamentos de outras Câmaras e há pelo menos 15 Câmaras que têm um regulamento igual a este. Ou seja, está igual e está mal, porque a legislação está mal direcionada.

E isto, eu que peço desculpa, não quero ofender ninguém, mas isto é copiar mal. Mas não é a Câmara da Moita, é a Câmara da Moita e mais 15, pelo menos que nós apanhámos. Depois, a CDU, perante isto, não acompanha esta proposta, que deve ser retirada.

Esta proposta deve ser retirada, deve ser alvo de uma auscultação às associações zoófilas, deve ser criada uma resposta operacional para estas situações de emergência que nós apresentámos aqui, fora do horário expediente, e as atualizações às referências e regulamentos revogados tem que ser substituído.

Portanto, a nossa consideração é que a proposta seja retirada, sejam resolvidos estes problemas jurídicos, haja uma verdadeira audição às associações e que se crie esta resposta e que depois vá à Câmara Municipal e venha à Assembleia Municipal, corretamente.”

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Antes do Partido Socialista governar esta Câmara, as condições em que os animais tinham que viver e morrer eram simplesmente horríveis. Hoje, graças à gestão do Partido Socialista, têm um acolhimento, enfim, que se pode considerar bom. São bem tratados, com toda a dignidade, por isso, eu felicito tanto os trabalhadores daquele centro. Para já dou os parabéns à Câmara pelo 2º aniversário do CROAE, quero felicitar os trabalhadores daquele centro e os voluntários que, com extrema dedicação, permitem que aqueles seres, que são do planeta Terra, vivam com menos sofrimento, com mais dignidade e com, se calhar, alguma felicidade que lhes é proporcionada.

Grato à Câmara, aos trabalhadores e aos voluntários daquele centro.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Nós temos aqui dois problemas com esta proposta. Portanto, um deles é que as referências que são feitas a leis ou a portarias ou não sei o quê, estão erradas porque elas já foram extintas. Eu pergunto à Câmara se quer retirar a proposta para corrigir ou se concordamos todos, e as bancadas também, que há o compromisso da Câmara de as corrigir pelas leis adequadas, porque o resto, o fundamental, está lá.

A segunda questão tem a ver com um outro problema que ocorreu e que eu não posso aqui calar. Inicialmente, os documentos chegaram dos serviços da Câmara para a Assembleia Municipal, o que é normal, e traziam o valor das taxas, que é um apêndice deste documento, traziam os valores das taxas sem valor, portanto, com zeros ou sem valores. Entretanto, houve um senhor deputado que reparou nisso e que contactou, e muito bem, com os serviços da Assembleia Municipal, e depois mostrou-nos um documento a que teve acesso que um dos vereadores do seu partido tinha, um documento com valores. Ora, para nós, tinha havido realmente um problema e, como sabem, receberam outro documento já com valores. E quando chego aqui dizem-me que, afinal, o que foi aprovado na Câmara foi o regulamento e não ainda os valores das taxas. As taxas não foram aprovadas na Câmara, logo não as podemos aprovar aqui.

Portanto, a questão é esta, ou a proposta é retirada ou a Câmara, e fica já definido que os valores não são para aprovar, os valores não foram aprovados na Câmara nem ainda na Assembleia Municipal, e não serão aqui hoje. E a outra, parecia-me também relativamente simples, que era a Câmara comprometia-se a corrigir as portarias, os decreto-lei, aquilo a que fizeram referência que estão erradas, se a Câmara o reconhece que estão, mas penso que o essencial, pela defesa dos animais e pelo desenvolvimento, nós não podemos também ser um conjunto de burocratas também que embirra com tudo e que tudo serve para voltar para trás. O que interessa é se houver boa fé em que a Câmara assume a responsabilidade de corrigir, nós estamos em condições de poder votar.

Houve outros considerandos que se fizeram aqui que são considerandos políticos. Pronto. Esses chegaram tarde. Aquilo já é CROAE há dois anos, e eu não tenho a certeza, mas já houve um projeto

antes daquele da CDU, que a Câmara no mandato anterior resolveu fazer um projeto diferente, mas julgo que o nome não foi mudado, e que é normalmente o nome que é atribuído. Portanto, isso não é a discussão, não tem aqui discussão, no meu ponto de vista não é o que está em causa. É uma posição política corretíssima, mas acho que não nos devemos votar nisso. Portanto, eu queria ouvir a Câmara Municipal sobre estas duas questões que lhe coloquei.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Então, de forma muito simples, rápida e sucinta, dar nota do seguinte. A proposta, que foi a reunião de Câmara, não tinha o valor das taxas por uma razão muito simples, o valor das taxas está no Regulamento de Taxas. A Câmara tem um Regulamento Geral das Taxas que aplica pelos atos que pratica, e diz no Regulamento Geral onde está lá toda essa informação, é consultar o Regulamento de Taxas da Câmara Municipal que, recentemente, até nos demos ao trabalho, aquilo era alterações, com alterações, sobre alterações, com mais alterações ao longo dos anos todos, e foi feita então uma súmula de todos, para ter um documento consolidado com todas as alterações feitas e já corretas, e agradecer à nossa equipa, ao nosso jurídico, que fez essa junção, essa consolidação de toda essa informação.

Depois, dizer do que diz respeito aqui ao Regulamento em si, a proposta foi a reunião de Câmara, mereceu o voto favorável de todos os vereadores, foi aprovada por unanimidade, não me lembro se teve ou não declarações de voto.

E, por último, quero-vos dizer uma coisa, independentemente dos artigos que venham aqui citados, a lei prevalece sempre sobre o que estiver aqui, por isso, se a gente aprovar aqui uma coisa hoje e a lei alterar amanhã, a lei prevalece sobre o Regulamento que tivermos a aprovar. Por isso, eu acho que isto em nada afeta ou compromete o documento em si, não compromete. É natural que os nossos serviços, para não inventar a roda, foram ver e consultar outros documentos de outras entidades e não se deram conta que, entretanto, a lei, no que diz respeito a esta matéria, já se teria alterado, mas a lei em vigor é que vigora, não é outra e sobrepõe-se.

E lembrar, por exemplo, que o regimento da Câmara Municipal, das reuniões de Câmara Municipal e outros, já tinham leis revogadas e não foi por isso nunca que as reuniões de Câmara foram colocadas em causa com o passar dos anos e as leis estão sempre a alterar. Ainda agora, o REGEU já alterou novamente, e vai ser revogado e alterado, e não é por isso que o urbanismo da Câmara vai deixar de funcionar.

Por isso, eu acho e acredito que a proposta como está, está em condições de ser votada, assim os senhores queiram, no futuro, haja uma nova participação, uma nova revisão a estes regulamentos. Os regulamentos também não são escritos na pedra, podem ser revistos e alterados a qualquer altura e a qualquer momento. Por isso, é numa próxima revisão do regulamento fazer-se as alterações que se acharem por bem e quem agora não participou, no futuro pode vir a participar. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sr. Presidente, aquilo que eu entendo que devemos perguntar é: a Câmara assume aqui que vai retificar essas portarias, essas coisas que foram chamadas que estão erradas, e nós votamos o regulamento tendo em linha de conta que são um artigo, em vez de ser o número tal, é o número X, é o número Y, não influencia tudo o resto, mas não vamos votar uma coisa que sabemos que está mal. Eu acho que não o podemos fazer. É só a Câmara dizer assim: “sim, nós corrigimos isso” e nós passamos à votação.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Sr. Presidente, é o seguinte, o que o senhor me está, e peço desculpa por estar, vou utilizar os meus últimos sete segundos, eu não posso alterar um documento vindo à Assembleia Municipal, que não foi votado em reunião de Câmara. Não posso fazer essa alteração, não o posso alterar. O que os senhores me estão a pedir, no limite, é que se retire o documento para ser, novamente, votado em reunião de Câmara, porque esse é o local onde se pode fazer essas alterações.

Que fique claro sobre esta matéria que a Assembleia Municipal não tem competência para alterar os documentos da Câmara Municipal. Pode votar contra, a favor, abster-se, o resultado depois final dará o que bem entender. Agora, não pode alterar os documentos, não se pode alterar os documentos, as propostas trazidas aqui pela...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Pode, pode, Sr. Presidente. Aquilo que eu estou a dizer é com a anuência, se a Câmara se compromete a corrigir. Nós não podemos votar uma coisa que tem incorreções de leis. Desculpe. Qual é o problema? Diga. Dou. Dou.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“O problema é que a proposta que foi à Câmara não é igual a esta está a perceber? Portanto, aquilo que o senhor diz é verdade, nós podemos mudar a proposta, mas só podemos mudar a proposta que foi aprovada na Câmara. Esta proposta é diferente, por isso tem que ser retirada.

E, e já agora que estou no uso da palavra, é só mais 10 segundos, se vai ser retirada eu peço ao Sr. Presidente que considere o que eu estou a dizer e que não fique na formalidade, mas chamo as associações zoófilas para se pronunciarem e que se tente arranjar, e eu sei que não é fácil, aqui um mecanismo para o resgate animal de fora das horas do funcionamento do centro. E isto, eu não estou a dizer que vamos arranjar aqui uma solução, já agora quer ser muito justo. Deixe-me só dizer isto, porque quero ser muito justo, isto não existe em quase lugar nenhum no país. Existem muito poucas câmaras, eu não estou a dizer que a Câmara da Moita tem recursos para fazer todas as correções, mas gostava que tentasse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sr. Deputado, eu já percebi, mas isto está fora aqui do âmbito do que estamos a votar hoje.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Sr. Presidente, não está. É que não está.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Isso compete os senhores vereadores, votaram por unanimidade aquilo que está, portanto, concordaram com isso. Então, retira-se a proposta. A proposta é retirada, voltará à Câmara Municipal que fará as correções que deve fazer e volta a Assembleia Municipal devidamente retificada.”

A proposta foi retirada.

3.3 - Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita

A proposta infra foi aprovada por maioria, com sete votos a favor, sendo quatro do PS, três do CH; duas abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 13/05/2026:

“Considerando que:

- Pela deliberação constante da proposta n.º 76/XIV/2026, na reunião de câmara de 20 de janeiro de 2026, em que se aprovou iniciar o procedimento administrativo no âmbito do Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita;
- O período para a constituição de interessados decorreu entre os dias 28 de janeiro e 12 de fevereiro de 2026, não se tendo registado quaisquer manifestações;
- Na sequência desse facto, foi elaborado o projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita, o qual foi submetido à apreciação e deliberação da Câmara Municipal através da proposta n.º 119/XIV/2026, na reunião de 24 de fevereiro de 2026, tendo sido igualmente deliberada a sua submissão a consulta pública pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis;
- O referido projeto de regulamento foi publicado no sítio na internet, nas redes sociais do Município da Moita, bem como nos quiosques digitais e no Diário da República em 09 de março de 2026, tendo terminado o prazo dos 30 (trinta) dias úteis de consulta pública, no passado dia 21 de abril de 2026;
- O prazo da consulta pública terminou em 21 de abril de 2026, sem que tenham sido apresentadas quaisquer reclamações, observações ou contributos;

Encontra-se, assim, concluído o procedimento de elaboração do Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita, o qual se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante para todos os efeitos legais;

Nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar regulamentos;

Nestes termos, propõe-se que o Executivo Municipal delibere:

1. Aprovar o Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita;
2. Remeter o Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita à Assembleia Municipal, para efeitos de apreciação e aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Em anexo: Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Vamos agora passar aqui à proposta do regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita, neste caso, era uma proposta que nós há muito tempo queríamos ter trazido cá, finalmente, conseguimos desenvolvê-la, dotá-la de cabimentação e está aqui prevista a forma de participação. Deixo agora à consideração dos Srs. Deputados Municipais alguma questão que possam ter relativamente à mesma.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta a discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

«Antes, propriamente de uma intervenção, eu queria fazer um pedido de esclarecimento sobre aqui o mencionado no artigo 5º desta proposta de regulamento, nomeadamente, no número 1 do artigo 5º, que se refere à dotação do orçamento participativo. Eu vou-o ler, para se perceber a minha dúvida. O número 1, como está, diz, “a Câmara Municipal delibera anualmente a dotação orçamental, inscrevendo os valores deliberados nas opções do plano e proposta do orçamento municipal a atribuir para o orçamento participativo.” Ora, a Câmara Municipal, no meu entender, delibera e propõe à aprovação da Assembleia Municipal a aprovação do orçamento municipal, e não é isso que aqui está escrito.

Por lei, quem aprova o orçamento municipal é a Assembleia Municipal e não a Câmara Municipal. Tem poderes para alterações modificativas, promotivas, não tem poderes para criar rubricas, criar novos planos. Isso não é uma competência da Câmara Municipal. Portanto, aquilo que me parece, e ponho aqui a questão, é que este número um, deste artigo quinto, deve referir, exatamente, que “a Assembleia Municipal delibera sob proposta da Câmara Municipal a dotação anual” e o resto ficaria igual como aquilo que está escrito. É aquilo que me parece, porque isto é o que vai de encontro à lei e à competência dos órgãos autárquicos.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Mais alguém deseja falar sobre o assunto? Portanto, a Câmara Municipal quer responder a esta questão, por favor?”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Isto é uma questão... Reparem bem, este número um só tem efeito depois da proposta vir à Assembleia Municipal. Ou seja, o número um do artigo cinco do orçamento municipal só toma força depois de as grandes opções da proposta do orçamento municipal estar aprovada. As opções do pano e a proposta do orçamento municipal estar aprovada. E, basicamente, o que está aqui a dizer é que os valores do orçamento participativo constam na proposta da Câmara Municipal. Vão constar lá. Onde é que vai

constar o valor lá? Lá. E depois tem que ser o quê? Aprovado. É o normal. Aqui o que diz é o seguinte, onde é que aparecem os valores do orçamento participativo? Aparecem na proposta das grandes opções do plano e na proposta orçamental do Município. É aqui que aparecem os valores. Depois têm que ser o quê? Aprovados. Se não for aprovado o orçamento, olha, fica-se com o do ano anterior, fica-se em duodécimos, fica-se com uma gestão em duodécimos. Não se vai inventar. Mas que se tenha noção clara, isto é um não assunto. É um não tema. É uma não questão. Pronto. Era só isso que eu gostava de deixar claro.”

Colocada novamente a proposta a discussão intervieram:

Deputada Cláudia Paulino do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Relativamente ao Regulamento do Orçamento Participativo do Município e da Moita, começamos por reconhecer a importância deste instrumento enquanto mecanismo de participação cívica e de aproximação dos cidadãos à decisão pública municipal.

O Orçamento Participativo pode contribuir para uma gestão mais transparente, mais próxima e mais partilhada, permitindo que os munícipes apresentem propostas e escolham projetos com impacto direto na qualidade de vida do concelho.

No entanto, entendemos que o Regulamento beneficiaria de alguns aperfeiçoamentos. Em primeiro lugar, no artigo 3º, relativo ao âmbito da aplicação e às áreas temáticas, são previstas as categorias jovem, verde, imaterial e material, contudo, estas categorias podem sobrepor-se. Uma proposta apresentada por jovens pode ser, ao mesmo tempo, uma proposta verde e material. Esta sobreposição pode gerar dúvidas na avaliação técnica, na votação e na distribuição das verbas. Por isso, seria importante clarificar melhor estas categorias, distinguindo, por exemplo, entre público-alvo, natureza da despesa e área temática.

Também no artigo 9º, relativo à Comissão de Análise Técnica, consideramos que deveriam estar melhor definidas as regras sobre a sua composição, critérios de avaliação, impedimentos e conflitos de interesses. Sendo esta Comissão responsável pela admissão ou exclusão das propostas, é essencial garantir transparência, imparcialidade e fundamentação clara das decisões

No respeito à votação, o artigo 13º prevê que cada cidadão possa votar uma vez por área temática e que a Câmara possa rejeitar votos que indiciem fraude ou manipulação. No entanto, seria importante densificar esta norma, definindo melhor os mecanismos de autenticação, prevenção de duplicação de votos, auditoria, critérios de rejeição e possibilidade de reclamação. A confiança no processo depende da clareza das regras. Também seria importante que o meio de votação fosse alargado ao presencial, pois a população mais idosa e sem acesso às plataformas digitais também têm direito a escolher o que pretendem para o concelho.

Quanto à execução, os artigos 15º e 16º preveem a execução dos projetos vencedores e a avaliação do processo. Ainda assim, seria desejável criar um mecanismo público de acompanhamento com a informação atualizada sobre cada projeto, estado de execução, orçamento aprovado, despesa realizada, prazos previstos e justificação de eventuais atrasos.

Por fim, no artigo 19º, relativo à proteção de dados pessoais, seria importante clarificar melhor as finalidades do tratamento, os prazos de conservação dos dados e a distinção entre os dados necessários à participação no orçamento participativo e eventuais comunicações institucionais futuras.

Em suma, valorizamos o objetivo do Regulamento, mas consideramos que ele poderia ser melhorado, sobretudo nos artigos 3º, 9º, 13º, 15º, 16º e 19º. O orçamento participativo deve ser claro nas suas regras, transparente na avaliação, seguro na votação e rigoroso na execução. Só assim poderá cumprir plenamente a sua função democrática e participativa.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não há mais intervenções? Pergunto à Câmara Municipal se quer dizer mais alguma coisa sobre estas intervenções, por favor.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Para nós, e o documento não levanta dúvidas, nem levanta questões, quanto à formação e às formas de participação. Dizer que temos muitos momentos de participação sénior e menos sénior, não tem que ser só os seniores que não sabem utilizar as ferramentas informáticas, a literacia digital é um trabalho contínuo e que todos devemos fazer esforço para chegar a ele. Têm as nossas bibliotecas, têm os nossos espaços do cidadão, tem muitas formas e muitos meios de poder participar eletronicamente,

utilizando outras ferramentas ao dispor. As pessoas não ficam vedadas, não ficam cortadas no seu acesso, privadas de votar por não terem um computador. Da mesma forma que ninguém fica privado se concorrer a um concurso da Câmara por não ter um computador, está sempre uma técnica disponível e um computador disponível para aceitar as inscrições e para auxiliar nessas mesmas inscrições. Por isso, acho que sobre esse ponto ficamos todos esclarecidos.

Depois, isto é um regulamento de orçamento participativo, é um passo que se está a dar, é algo que se quer implementar, poderemos arranjar aqui todos os pretextos para não o querer, embora se diga que se queira, dizer que a proposta passou na Câmara e que, face à votação que aconteceu na Câmara, acredito eu que terá todas as condições para passar em Assembleia Municipal, se assim as pessoas o quiserem. Se as pessoas não quiserem o orçamento participativo, inventem as desculpas que acharem por bem, digam que é a vírgula, digam que é o ponto final, digam que é o acento circunflexo, digam que é o espaçamento, o tamanho da letra, arranjem as formas e os modelos, porque nunca ficarão satisfeitas.

Temos aqui muitos, cada um pensará, certamente, à sua maneira e não haverá nada que seja, exatamente, à medida de cada um. O que podemos fazer é chegar a um consenso e consensualizar posições e, neste momento, queremos avançar com o regulamento para avançar com o orçamento participativo para o colocar em desenvolvimento. Depois de o colocar em prática, como disse, estes e os outros regulamentos podem ser sempre alvo de melhoria contínua. Isto é, quantas e quantas vezes já se reviu e se revê os regulamentos. Podem fazer tudo para adiar mais esta proposta, mas isso caberá à consciência e à responsabilidade de cada um.”

Colocada novamente a proposta a discussão intervieram:

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Sr. Presidente, queria só deixar aqui algumas notas sobre este regulamento.

É, claramente, de saudar esta proposta que temos aqui hoje na Assembleia Municipal sobre este regulamento. Isto era uma das propostas do Partido Socialista, que há muito gostaria de ter implementado na Câmara Municipal e é, claramente, uma aproximação àquilo que é a participação também de todos os munícipes naquilo que é os projetos que são levados a cabo por parte da Câmara Municipal, e que vão responder também a quem se propuser apresentar estes projetos.

Deixar aqui só algumas notas, não vou ser aqui muito técnico, mas por exemplo, sobre a questão do artigo 3º, de termos estas temáticas em aberto, eu acho que até beneficia aquilo que é a abertura da própria participação, quer dizer, eu posso participar com uma proposta jovem dificilmente, já não tenho idade para isso, e que seja imaterial também e eu decido se eu quero apresentar numa temática ou outra, desde que ela encaixe em cada uma delas e dá-me a possibilidade de até poder apresentar na temática que eu achar que faz mais sentido para aquilo que é o objetivo do meu projeto, e por isso acho que não faz sentido estarmos a bloquear.

Depois, todas as outras propostas, é o que o Sr. Presidente disse, quer dizer, isto é um regulamento, vamos fazer este orçamento participativo pela primeira vez, havemos de chegar ao final e, se calhar, até chegarmos à conclusão que existe aqui normativos neste regulamento que tenham que ser ajustados no decorrer deste processo para que o próximo corra melhor que o primeiro, mas acho que não devemos limitar o início deste processo que há muito que faz falta no nosso município e que vai trazer, claramente, a aproximação dos municípios àquilo que é os projetos que a Câmara também implementa nos seus orçamentos anuais.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Para dizer que nós, e o Sr. Presidente da Câmara referiu aqui e nós concordamos que o regulamento também é um documento, de certa forma, em aberto e de melhoria contínua, e aceitamos a explicação do Sr. Presidente relativamente à questão do artigo 5º e, com certeza, que, numa outra versão, poderá ser melhorada a redação. Penso que a redação não é a mais esclarecedora, mas de todo o modo a explicação que o Sr. Presidente fez, prestou, foi de forma esclarecedora e nós aceitamos essa explicação.

Queríamos deixar aqui era uma nota importante. É que, para nós, a democracia e, concretamente, a democracia participativa, não se esgota num regulamento, seja ele qual for, não se esgota numa intenção de um orçamento dito participativo. Para nós o orçamento participativo é feito a todo momento, ouvindo sempre as pessoas, ouvindo as pessoas nas reuniões de Câmara, ouvindo as pessoas nas assembleias, ouvindo as pessoas na rua. Os eleitos têm essa obrigação, quer sejam eleitos na Câmara, na Assembleia Municipal, em qualquer órgão autárquico, ouvindo as associações, ouvindo

os clubes, ouvindo a população, porque a democracia, de facto, não se esgota só de 4 em 4 anos ou quando há eleições.

A democracia é feita de modo contínuo e a democracia participativa e o esclarecimento, acima de tudo, às pessoas, e o falar verdade. É isso que nós defendemos e é isso que nós queremos que seja praticado no dia a dia. Daí, este regulamento para o orçamento participativo é positivo, mas, de facto, que fique a nota que a democracia participativa jamais se esgota num mero regulamento.”

Deputada Cláudia Paulino do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sr. Presidente, Sr. Deputado Daniel Serpa, nós não estamos contra o documento, muito pelo contrário, achamos necessário esse mesmo documento. Aquilo que propomos aqui são sugestões, não estamos a arranjar desculpas para simplesmente anular o documento. Estamos a colocar sugestões que possam agregar ao documento e não contra o documento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu julgo, se me é permitido, que estes orçamentos participativos são realmente mais um dos muitos atos de democracia. As nossas Juntas de Freguesia da Moita e de Alhos Vedros, pelo menos, já praticam há mais de dois anos, há três anos, quatro na Moita, há três ou quatro anos também em Alhos Vedros, já praticam orçamento participativo ao nível da freguesia.

Eu recordei que fui vereador, na altura fui derrotado como candidato a Presidente da Câmara, fui vereador sem pelouro no mandato da CDU de 2009 a 2013 e, nessa altura, a CDU lançou o orçamento participativo, fizemos sessões de esclarecimentos em vários lados, portanto, eu julgo que não há ninguém que possa ser contra isto.

E um documento, qualquer documento, a validade que ele tem é realmente os fins a que ele se destina, e esses fins é que devem ser acima de tudo defendidos. Sempre haverá espaço a melhorias e tenho a certeza que isso vai acontecer. Portanto, vamos passar à votação deste documento.”

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, sete do CH, um do PSD, um do BE: oito abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda proferida pelo Deputado António Chora

“O Bloco de Esquerda não podia deixar de votar favoravelmente este regulamento, reconhecendo que ele não é perfeito, mas nada nasce perfeito. Mas, para nós, o que interessa é que ele exista, porque desde 2005, pelo menos, que eu estou nesta Assembleia, que tenho apresentado propostas, moções, requerimentos para a implementação de um regulamento deste tipo, e sempre vi essa situação negada por vários argumentos.

Fico, como autarca e como representante do Bloco de Esquerda, satisfeito com este pontapé de saída, é o que eu lhe chamo, para um regulamento deste tipo.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária proferida pelo Deputado João Faim

“Só para dizer, para não estar a repetir, que tomassem como declaração de voto da CDU a segunda parte da minha intervenção de há pouco.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA proferida pelo Deputado Vítor Cardoso

“Antes de considerar a intervenção da minha colega como declaração de voto, queria só fazer um aparte. Sr. Presidente da Câmara, gostava que tivesse dito que vamos acatar, vamos rever algumas das sugestões e vamos tentar melhorar este regulamento. Era só isso.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“É para considerar a minha declaração inicial como declaração de voto.”

3.4 - Apreciação da Atividade Municipal

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Pediu ao Presidente da Câmara Municipal para apresentar o documento.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Então, antes de mais, só uma nota prévia àquilo que foi dito aqui pelo Sr. Deputado Municipal. Poderemos, numa futura revisão do regulamento, ver esses ou outros enquadramentos, sugestões, o que for, por qualquer um deputado das bancadas municipais. O que não podemos é dizer que vamos introduzir, porque isso significava pegar no documento, retirar a proposta, levar a reunião de Câmara, esperar mais um tempo, levar a consulta pública e trazê-lo cá novamente. Era um arrastar de pés e este ano não se põe em prática, e se esse fosse o objetivo não teríamos orçamento participativo. Era ficar sempre à espera da última moda como o Bocage, está bem?

Depois, relativamente ao relatório de atividades de abril e maio, como podem ver, o trabalho foi intenso, as reuniões foram mais que muitas. Está aqui a fotografia da reunião com a IP, como se pode ver, na página 4, ao topo, logo ao início, vê-se a reunião com a Infraestruturas de Portugal. Documento esse que eu depois, logo de imediato, apresentei aos senhores vereadores e aqui, como se vê, é os únicos documentos que eu tenho aqui à frente na página, aparece transposto na fotografia na página quatro.

Depois, queria destacar também aqui a proximidade sempre com ao desporto e as atividades desportivas que a Câmara Municipal tem feito e levado a cabo.

Temos também feito aqui um trabalho e, apesar da Câmara Municipal ter recebido um telefonema do administrador, neste caso, do presidente do conselho de Administração da Transtejo Soflusa, a dizer que iriam iniciar o estudo, eu esperei para que ele viesse ao terreno para dizer de viva voz que o estudo de navegabilidade das embarcações estavam a ser desenvolvidas para que a Câmara possa ter uma ligação direta à Lisboa, que muito irá melhorar a mobilidade dos nossos munícipes. É um transporte pesado de passageiros que leva muitas pessoas de cada vez para Lisboa, com uma paragem no Montijo, mas destino final, Lisboa.

Isso é muito importante e, se ao início isso parecia estranho, também já se está a fazer algo similar entre o Seixal, o Barreiro e Lisboa. Por isso, se se pode fazer Seixal Barreiro e Lisboa, também se pode fazer Barreiro, Montijo e Lisboa. Por isso, sei que foram muito criticados, como é que isso iria acontecer, mas dar nota disso mesmo. Por isso, a proximidade às pessoas tem sido uma constante, mas queria aqui destacar algo que considero muito importante.

A reunião de dia 23 de abril, onde a Câmara, uma vez mais, disse, neste caso, ao senhor Secretário do Estado do Ambiente e, neste caso, aos representantes da APA presentes, que as questões que nos preocupavam, na altura ainda não estavam no caminho que nós gostaríamos, que era a Simarsul, a Amarsul e o preço que pagamos por essas mesmas taxas, que depois se refletem na fatura, e foi isso mesmo dito na reunião de 23 de abril.

Depois voltámos, a 29 de Abril, a reunir com a APA, por causa dos problemas da Simarsul, pelas questões de Alhos Vedros, voltámos a reunir com a APA, na página 11, como podem ver, tivemos a reunir com o senhor Chefe de Divisão, com a equipa toda, com a equipa técnica, e aqui também, com a presença dos técnicos da Simarsul, já para consensualizar uma solução. E depois de já consensualizada essa mesma solução, e falada entre todos, no dia 6 de maio, página 13, veio à Câmara Municipal a Simarsul apresentar o seu conselho de Administração, formalmente, e onde falámos do tema, e onde falámos como resolver o problema da estação elevatória de Alhos Vedros e do Parque das Salinas.

Os nossos serviços, e a Câmara Municipal está a trocar com a Simarsul todos os elementos técnicos, os nossos engenheiros e os arquitetos, para os projetos que existem, o cadastro que temos das redes, casarem com o que eles têm, para resolver o problema de uma vez por todas. Eu sei que para quem já esperou quase muito mais de 10, 12, 13 anos, esperar mais um pouco, pedir que espere mais um pouco é muito, tenho plena consciência disso, que as pessoas estão cansadas, estão fartas, já queriam ver o problema resolvido, e eu acompanho-os nessa preocupação, mas, finalmente, com muito trabalho da Câmara Municipal, e destes elementos que me acompanham, foi possível colocar todos na mesma página, e agora estamos a fazer trabalho em conjunto. Agora é o momento de deixar os técnicos trabalharem para apresentarem a solução, para apresentarem o projeto, para que depois ele possa ser executado.

Já temos a Águas de Portugal a dizer à Simarsul e a comprometer-se com o financiamento da obra, por isso, esse componente do financiamento já estará assegurado através das Águas de Portugal e do

Ministério do Ambiente, falta agora que se desenvolva a componente técnica que passará pelo reforço do dimensionamento da estação elevatória, porque também devo dizer que para os caudais de paragem, chegou-se a falar de criar uma bacia de retenção. Uma bacia de retenção era metade de uma piscina olímpica, seria uma bacia do tamanho de metade, e não é que a Câmara Municipal não pudesse ceder esse terreno, estaríamos dispostos a ceder esse terreno, mas depois de cada paragem, aquela bacia que não podia ser em céu aberto, tinha que ser fechada e estanque, tinha que ser desinfetada, toda ela teria que ser desinfetada. Então, verificaram que o custo de construir essa piscina e depois desinfetar essa piscina depois de cada paragem, ficava muito mais oneroso do que simplesmente reforçar a estação elevatória que lá temos.

Por isso, é ótimo, para nós qualquer solução que evite descarga de esgoto bruto para o Tejo é uma mais-valia, e dizer também que as caixas que existem dentro do parque, também vai ser subida a cota que elas têm, que atualmente estão mais baixas, estamos a rever já com o projeto que temos para o parque das Salinas, para que quando a rede entre em carga, o ponto mais baixo não seja o parque e que então aquilo não aconteça. E depois o que é que acontece? Quando, depois a Simarsul vai lá lavar, com máquinas de pressão e de jato de água, acaba por tirar os finos das pedras e levantar as pedras da calçada, obrigando a um processo extenso de voltar a calcetar aquela zona toda do parque das Salinas.

Porque também é preciso dizer a verdade às pessoas, falou-se aqui em falar a verdade, é preciso dizer a verdade porque é que as pedras ficaram soltas, ou porque é que as pedras se soltaram. Aquilo tudo teve que ser lavado, e muito bem lavado, e muito bem desinfetado, e com a pressão que aquilo levou fez saltar muitas das pedras na zona que foi alvo dessa mesma intervenção. Por isso, podem ver essa mesma foto dessa reunião.

Depois, quando fomos depois reunir com o senhor Secretário de Estado do Ambiente, onde, uma vez mais, já tínhamos a reunião marcada para fazer pressão para que as questões se resolvessem, porque nunca deixámos de querer fazer pressão para resolver os problemas daquelas questões da estação elevatória de Alhos Vedros, que é a que está a largar esgoto bruto para a vala sempre que existe algum problema, paragem, elétrico, fusível, entupimento, etc., por qualquer que seja o motivo, já estávamos a preparar-nos para fazer pressão, outra vez, junto do secretário de Estado do Ambiente.

Acontece que nós chegámos a acordo com a Simarsul e eu acabei por aproveitar a reunião para levar estas boas notícias ao Secretário de Estado do Ambiente, a pedir-lhe para que ele se mantivesse ativo e atento nesta nossa preocupação, para que isto continuasse a avançar a bom porto, e aproveitei a reunião somente para falar dos preços da água, que são fixados pela ERSAR, dizendo-lhes que compreendíamos que, se calhar, para os preços que nós, atualmente, estamos a pagar na Moita, noutros municípios, ele poderia considerar até que não seriam elevados, mas que a Moita é um território que as pessoas não são ricas, que temos muitas necessidades ainda, muitas questões para resolver, e que é importante encontrar soluções que permitam baixar as taxas que nos são cobradas, e que depois nós somos obrigados pela ERSAR a repercutir na fatura.

E foi isso que eu fui, mais uma vez, aproveitando essa reunião, já ia com isso pensado, mas então a reunião andou na maior parte do tempo sobre esse assunto, mas também sobre outro tema, sobre o tema da quarta linha que se quer e que se pensa fazer no tratamento do lixo e das questões para resolver no âmbito da Amarsul. Eu tive o cuidado, e o cuidado que temos de ter no que diz respeito ao tratamento dos resíduos sólidos, e o que eu disse ao Secretário de Estado é que queremos baixar os preços que já temos e não podemos comportar qualquer solução que, neste caso, signifique maior aumento de valor pago pelos nossos municípios.

E sei que há aí algumas ideias peregrinas que querem soluções completamente novas, mas o que eu vos quero dizer é o seguinte, e assumi-lo aqui perante vós, eu à frente do Executivo da Câmara Municipal da Moita estarei ao lado de toda e qualquer solução que seja a mais barata e a mais económica para o tratamento dos lixos para os nossos municípios. Não embarcarei nem alinharei ao lado de quem queira soluções que até possam fazer sentido, mas que representam um aumento substancial depois daquilo que todos iremos e poderemos pagar.

Por isso, chamo a todos a essa atenção, todos fazem parte de partidos políticos, com representação aqui nesta Câmara Municipal, no Governo e outros municípios, falem com os vossos colegas ou camaradas, ou o termo que quiserem utilizar, e estejam muito atentos a este fator, porque há soluções que nos podem querer acenar, que nos falarão em independência ao nível da gestão daquilo que é o tratamento do lixo, mas soluções essas que podem depois vir a letras muito pequenas, com o aumento da duplicação do preço que pagaremos pelo tratamento desses mesmos resíduos que vão para a terra. Por isso, ter muito, muito, muito cuidado.

É este alerta que eu vos deixo e continuarei a bater-me, em todos os locais, por soluções que permitam baixar o valor da água em todos os seus componentes, e frisando, para aqueles que possam estar mais distraídos, não estou a favor deste modelo que nos foi imposto. Tive o cuidado de dizer isso mesmo no

aniversário da Simarsul, nesta mesma sala, muito antes da medida ser aplicada, e a medida foi decidida por um Governo, Governo esse que é do PSD, decidida em 2024, com a aplicação em 2026.

E isto, na minha ótica, tinha uma lógica. O Governo não quis fazer sentir às pessoas a sua responsabilidade do aumento na tarifa da água às pessoas, para proteger, perdoem-me, mas esta é a minha opinião, e eu sou livre de ter essa opinião, proteger os autarcas do PSD que poderiam ser castigados nas urnas por essa mesma medida. Por isso, foi uma medida tomada em 2024, com efeitos práticos a 2026. E não se entende, porque se foi em 2024, podia ter efeitos práticos em 2025, mas foi decidida em 2024 para tomar força de lei em 2026. Por isso, para mim, tem uma leitura eleitoralista.

Mas, eu tive o cuidado, na altura, em sede própria, de alertar para esta situação, uns terão se apercebido, outros não, por isso eu faço aqui esta referência à Amarsul, que é muito, muito importante termos em consciência o tratamento do lixo, as soluções que venham a ser adotadas, para que as mesmas depois não correspondam a aumentos da fatura, e que gravem bem aquilo que eu aqui estou a dizer, para que depois ninguém diga que não foi alertado, ou que não foi dito.

Depois participámos em muitas outras iniciativas, conferências, atividades, e estou a dispor para qualquer questão que os senhores possam ter.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado o relatório à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, e a propósito da questão da Amarsul, que foi submetido recentemente pela Amarsul à aprovação das entidades, nomeadamente à APA e à CCDR, o designado projeto de reengenharia do Eco Parque da Amarsul, ou seja, que na prática é aumentar a montanha em mais altura e levar mais lixo para cima. Eu queria perguntar se no âmbito desta consulta pública, que decorreu até dia 12 de junho, qual foi o parecer que a Câmara Municipal apresentou, caso tenha apresentado, e que fizesse chegar uma cópia desse parecer à Assembleia.”

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Uma pergunta para fazer à Câmara. A pista de atletismo da Baixa da Banheira é uma obra de grande importância, ao meu ver, que vai permitir adeptos e praticantes poderem desfrutar das várias disciplinas da modalidade. Dada a importância, e já parabeneizei em tempos pela localização, acho que a localização também é excelente, pergunto se há alguma previsão para a conclusão da obra referente àquele equipamento. Disse”

Deputado António Chora do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“Eu queria colocar duas ou três questões, e começaria já aqui por esta última parte da intervenção do Sr. Presidente. Tenho aqui um recibo de água que é meu, com um valor de 50 euros para pagar, dos quais apenas 9 euros é água. Portanto, eu penso que isto tem que começar a ser desmontado mais do que internamente nestas reuniões, mas também chegar à casa de todos os cidadãos deste concelho, a maneira como estamos a ser roubados. Roubados porque a Amarsul deu mais de um milhão de euros de lucro, portanto, está-nos a explorar a todos, está a fazer dinheiro com algumas das coisas que recorre do lixo e não investe em lado nenhum do concelho, portanto, era importante que estas coisas fossem esclarecidas, porque ter 9 euros para pagar de água e apresentarem-me um recibo de 50 euros, dos quais tudo o resto é impostos devidos à Amarsul e à Simarsul é imoral. Portanto, esta questão queria deixar aqui para reforçar aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer e que é preciso que se diga a toda a população, nem que seja em comunicado, chegar em cartas, no recibo da água, nas costas, em qualquer coisa.

Portanto, esta era uma situação. A outra tem a ver com buracos, vamos lá aos buracos. Na última Assembleia Municipal eu apresentei aqui um buraco, apresentei dois ou três, dois foram resolvidos, um não foi. Continua lá, que é no fim da rua Ville Plaisir com o cruzamento da rua Alexandre Herculano, e apanha ainda um bocadinho da rua da Amizade. Está lá um buraco a abrir, cada vez mais fundo, já cabe a roda de um carro lá dentro, junto a uma tampa de esgoto, não sei se é de esgoto, se é de águas pluviais, se o que é. Sei que toda a gente vai ao meio da estrada para virar para a rua Alexandre Herculano, exatamente, para não cair no buraco e não fazer aquela situação. Eu levantei este problema

aqui, portanto, na última Assembleia Municipal, em 5 de maio ou 4 de maio, a situação continua exatamente na mesma.

Na rua Cidade de Pinhel, começou a abrir um buraco, eu, por acaso, até encaminhei para a Câmara Municipal, porque aquilo estava a abater, e agora aconteceu uma coisa engraçada, os serviços foram lá, sinalizaram o buraco. Continua lá, mas pelo menos está sinalizado. Mas puseram um sinal de proibido estacionar, para facilitar as pessoas a fazerem a curva para dentro daquela rua, em cima do passeio, o que quer dizer que os carros continuam a estacionar na estrada. Então, o que a gente assiste é que as pessoas chegam ali, param o carro, desviam a sinalização, passam e deixam a sinalização lá para outro lado qualquer, porque há carros estacionados onde não deviam. Ou seja, os carros, como o sinal de proibido estacionar e a fita está em cima do passeio, os carros dão-se ao luxo de estacionar ali naquele sítio, sem nenhuma moralidade, sem se preocuparem com os outros. Portanto, estas são duas situações que eu queria colocar.

A outra foi-me colocada por um munícipe e tem a ver com a Estrada Municipal 1020, na Brejoeira e Alto do Pontão. Existe há cerca de cinco meses um buraco enorme, que está sinalizado também, é verdade, os carros que vão de um lado ao que vem do outro têm que parar para passarem à vez, mas cinco meses para tapar um buraco daquele já há qualquer coisa que não está a correr bem. É que aquilo que caiu quando foi o temporal, não me lembro já o nome do temporal, a kristin. Abriu um buracão, aquilo não é um buraco, é um buracão que apanha uma parte da estrada, portanto, os carros só podem passar à vez. Portanto, era interessante que esta situação fosse resolvida, porque passa ali muitos carros e ainda não se deu um acidente porque não calha, porque as pessoas respeitam-se umas às outras.

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sr. Presidente, a sua intervenção baseou-se aqui em algumas questões críticas que fico contente que tenha abordado neste relatório, e uma vez que as abordou é porque há intenção, pelo menos, de haver resolução ou já está nalguma fase de resolução um bocadinho mais adiantada.

De facto, na questão da água, para os munícipes pouco interessa os procedimentos formais e legais, isso, se calhar, interessa-nos a nós. O que de facto lhes interessa é que o preço da fatura da água no final do mês é elevadíssimo, é quase pornográfico, quase, se me permitem dizer isto. Mas, congratulamo-nos que o Executivo esteja empenhado na resolução deste problema e de outros, que são aqueles muito graves que nós já apontámos também, que é da Simarsul, da questão de Alhos Vedros e da Amarsul.

Portanto, em certa altura, transmitiu-se, se calhar, a ideia que este problema é um problema da Simarsul, da Amarsul, mas se tivermos todos vontade, como eu acho que agora tem acontecido, conseguimos resolver estas questões, que são questões importantíssimas para a população e para o ambiente.

Posto isto, e vou novamente fazer uma apreciação do relatório, como é costume eu fazer, não é? Sempre que aqui vem este relatório eu faço uma apreciação também o mais credível possível e que as pessoas percebam o que é que se trata. E na apreciação deste relatório, importa começar por dar a nota que este é um relatório de continuidade, ou seja, muitas das fragilidades que identificámos já não são novas, já apresentámos noutros relatórios.

No relatório anterior alertámos para problemas estruturais. Excesso de descrição, ausência de indicadores de gestão, falta de metas, pouca avaliação de resultados e dificuldade em perceber o verdadeiro impacto da atividade municipal. O problema não é haver pouca informação, há muita, são mil páginas quase, se calhar, ou menos que isso, mas há muita informação. O problema é que a informação apresentada nem sempre é clara, coerente, comparável e útil para a fiscalização desta Assembleia, que é aquilo que nós fazemos aqui, fiscalizar.

Desde logo existe uma questão metodológica. Este relatório respeita ao período de 1 de abril a 31 de maio de 2026, ou seja, dois meses, como consta na página número 2. Ora, o relatório anterior correspondia ao primeiro trimestre, portanto, três meses. Estamos perante períodos de reporte diferentes, o que dificulta a comparabilidade entre relatórios e entre resultados, e a comparação direta na evolução financeira, sendo este apenas um dos casos apontados. Os outros são a comparabilidade operacional e administrativa entre relatórios.

Também verificamos que o documento mistura dados com períodos diferentes, distintos. Embora se apresente como um relatório de abril-maio, surgem referências a informações de outros horizontes temporais. Esta informação não está mal, pode ser útil, obviamente, mas tem que estar claramente identificada neste relatório, o que não acontece, para sabermos o que é bimestral, o que é trimestral e o que é o acumulado real.

Sobre o investimento, a leitura também exige aqui alguma atenção. Como sabemos, a despesa de capital é um dos principais indicadores para avaliar o investimento municipal realizado. No relatório do

primeiro trimestre, já tínhamos alertado para uma execução de apenas 9%. Agora, até maio, a despesa de capital paga sobe para 18%. É verdade, subiu para o dobro, mas continua muito abaixo daquilo que seria expectável ao fim de 5 meses de execução orçamental. Ou seja, mesmo admitindo que a execução do investimento possa acelerar no segundo trimestre, e cremos que sim, chegar a maio apenas com 18% de despesa de capital, eu acho que é manifestamente pouco e continua, pelo menos, a justificar uma explicação neste relatório. O porquê de isso acontecer.

Mais preocupante, a despesa de capital está a 49% comprometida, mas apenas 18% paga. Há investimento comprometido, é o que isto quer dizer, há investimento comprometido, mas a execução financeira paga ainda não acompanha este nível de compromisso. Em números aproximados, cerca de 19,5 milhões de euros previstos para a despesa de capital, estão pagos apenas 3,6 milhões. Portanto, o investimento real é de 3,6 milhões. Isto confirma a preocupação que nós já tínhamos levantado anteriormente. A Câmara compromete o investimento, correto, mas a transformação deste comprometimento em obra, equipamento ou melhoria concreta para o concelho, ainda continua lenta. E isto é um facto.

Pagamentos a fornecedores. Outra rubrica que nós já tínhamos apontado também. O relatório indica ainda um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 64 dias, na página 71. No relatório do primeiro trimestre já tínhamos alertado para este problema, quando era referido um prazo médio de 70 dias. É verdade que há uma melhoria de 6 dias, mas não podemos transformar isto num sinal de uma boa gestão. É um ponto a melhorar também. Já tínhamos apontado isto e continuamos a falar de pagamentos em média acima de 2 meses. Este é um ponto essencial. Muitas micro e PME não têm margem financeira para suportar prazos médios de pagamentos desta dimensão, sem colocar em causa a sua própria sustentabilidade financeira. Estes prazos podem desincentivar empresas locais de menor dimensão a concorrer ou trabalhar com o município. Não conseguem. Transferindo desta forma, por fornecedores, parte da pressão da gestão financeira do município.

Ainda uma incoerência concreta na área do aprovisionamento. O texto refere 860 requisições externas, mas o quadro da página 66 totaliza apenas 472 requisições externas. No valor global de 1,9 milhões de euros, estamos perante uma diferença de 388 requisições. Pode haver uma explicação técnica. Eventualmente existe. Mas essa explicação deveria constar no relatório. Não temos que pôr-nos a adivinhar o porquê. Deveria constar no relatório.

Na contratação pública, o relatório apresenta nas páginas 65 e 66, cerca de 1,4 milhões de euros em contratos adjudicados, cerca de 1,1 milhões de euros em procedimentos, ainda em tramitação, e mais de 400 contratos por ajuste direto simplificado, num valor global de 335 mil euros. Quando existem mais de 400 ajustes diretos simplificados num bimestre, mesmo sendo procedimentos legais e abaixo do valor, é razoável que conste maior detalhe sobre estes procedimentos e rastreabilidade. Não está em causa afirmar que existe qualquer ilegalidade, obviamente, está em causa reforçar a rastreabilidade e a transferência política desta informação. Estes dados têm relevância política evidente, e exigem maior transparência na identificação do objeto, do adjudicatário, o valor, o tipo de procedimento, fundamento e, quando aplicável, a ligação ao portal base.

Também há dúvidas nos dados nos sinistros das páginas 63 e 64, isto é só um pormenor da sua importância, onde são apresentados 29 processos, mas sem distinção suficientemente clara entre os processos iniciados, concluídos ou movimentados no período. Sem essa distinção, esta leitura fica ambígua e dificulta a avaliação real da evolução destes processos.

Para finalizar, não está em causa nem nunca esteve o trabalho dos serviços municipais, está em causa a qualidade de informação entregue a esta Assembleia. E já temos dito isto outras vezes. Por isso, solicitamos, mais uma vez, que os próximos relatórios identifiquem claramente o período de cada dado, expliquem divergências como as das 860 e 472 requisições, maior detalhe sobre pagamentos pendentes, pagamentos sem atraso e antiguidade da dívida, reforcem a transferência da contratação pública e clarifiquem dados como os relativos aos sinistros.

Em suma, este relatório informa bastante, mas ainda não permite avaliar plenamente. Já tínhamos alertado isto no relatório anterior, voltamos a fazê-lo agora. Não basta apresentar muitas páginas, é preciso apresentar informação rigorosa, comparável, coerente e útil para fiscalização. Esta Assembleia não deve receber apenas informação, deve receber informação com qualidade suficiente para poder ser fiscalizada. Disse.”

Deputado Pedro Ribeiro do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu queria questionar o Sr. Presidente da Câmara, portanto, relativamente a que intervenções e obras estão a ser consideradas pela Câmara para garantir a ligação do abastecimento público da água às habitações dos Brejos da Moita e zonas envolventes, de modo a assegurar um abastecimento seguro, adequado e regular à população.

Também queria referir, na mesma zona, que ações é que estão a ser tomadas para a reparação da estrada dos Brejos também, porque as condições atuais são bastante perigosas para a circulação, pois a via está cheia de buracos, bloqueios e abatimentos.

Também queria questionar o Presidente se está prevista alguma guarda na estrada do Matão, pois o aumento da circulação naquela zona foi bastante acentuado e a situação que existe não permite garantir uma circulação em segurança, quer para peões, quer para os automóveis.

Também não queria terminar aqui a minha intervenção sem referir a questão do transporte pesado por via fluvial. Eu continuo a ter aqui uma dúvida, não percebo se é uma questão técnica ou não, mas por que é que o barco tem que ir primeiro ao Montijo e porque é que o circuito não é Montijo - Alhos Vedros - Lisboa e não Alhos Vedros - Montijo - Lisboa. Será que os municípios da Moita são menos importantes que os do Montijo? Ou há mesmo uma questão técnica que eu desconheço?”

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu só queria emitir aqui duas ou três considerações e, neste caso, tudo o que são informações positivas sobre Alhos Vedros nós temos que agradecer. Esta questão que está prevista, está negociada, ou pelo menos aqui foi informado pelo Sr. Presidente, que há já um acordo e já estão a ser feitos projetos no sentido de ampliar a capacidade da estação elevatória da Vinha das Pedras, é uma informação muito importante para a população de Alhos Vedros. Eu, por acaso, já tive a oportunidade, não sendo técnico, de afirmar isso aqui no mandato passado, que considerava, na minha observação do tema e daquilo que tive a oportunidade de analisar, que aquela estação elevatória poderia estar subdimensionada e confirma-se, e ainda bem que se admite esse problema que está identificado e que vai ser resolvido. Isso é extremamente importante.

Agora, posteriormente de resolver esse problema, tem que ser feito monitorização e acompanhamento, mas depois também tem que ser feita a limpeza das valas e todo o problema ambiental envolvente tem que ser também. Eu sei que é uma questão muito onerosa e será para o futuro, mais para a frente, mas tem que se começar a pensar nisso também.

Só para terminar, em relação à questão dos custos na fatura da água e em relação a esta questão também da Simarsul e do tratamento das águas residuais, essa taxa que toda a gente se queixa, são duas taxas, uma delas, nós pagamos à Simarsul o tratamento de afluentes indevidos, que são águas pluviais que vão misturadas nas tubagens de águas residuais e que são canalizadas para a estação elevatória, que nunca deveriam ser porque as redes são antigas, e isso acontece em Alhos Vedros e, se calhar, em todo o concelho. E depois pagamos também algo que não deveríamos pagar, que é águas residuais que vão para a estação elevatória e que depois não são enviadas para a ETAR, são enviadas para a vala e para o rio. Portanto, nós temos dois custos de dois serviços que são prestados, mal prestados, indevidamente prestados, e que nós municípios temos que acabar por pagar na nossa fatura da água esses serviços.”

1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

“Não tenho aqui na Mesa mais inscrições. Não sei se mais alguém quer usar da palavra?”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu tenho aqui três questões que vários municípios abordaram a CDU, nós fizemos aqui uma compilação e queremos aqui a trazer à Assembleia. Duas são observações e uma delas até foi alvo de um requerimento, porque precisávamos de uma resposta, mas as duas últimas são observações.

A primeira nota tem a ver com lugares para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nós fizemos um requerimento e não tivemos resposta da Câmara porque há pessoas a queixarem-se que há um conflito entre o que existia antes e o que há agora. O que é que se passa? A Câmara está a definir os lugares e está a fazer pintura no chão, e isso é uma boa prática, entretanto, mete a placa no sinal com o número do IMT. Quando o IMT é consultado diz às pessoas que a Câmara faz isso e ao fazer isso diz que o lugar deixa de ser da pessoa e passa a ser de todas as pessoas que têm um dístico do IMT, e isso devia ser esclarecido. Há gente que... A minha opinião é que não está errado, mas eu não sou ninguém e acho que as pessoas depois criam a expectativa do lugar ser delas e não é. Isso há um requerimento nosso, depois a Câmara há de ver, mas é só chamar atenção para esta questão aqui do conflito, do que se pensa, do que tem.

Depois, aqui há uma crítica à Câmara, não queremos resposta, é, efetivamente, uma crítica.

Nós temos acompanhado aqui as questões da vespa asiática no concelho, e há até um portal do ICNF e nós respondemos mal à vespa asiática. A média de uma identificação e destruição de ninho em Portugal é de dois a sete dias, na Moita é de vinte e cinco, vinte e seis. Isto tem de ser melhorado. Tem de ser melhorado. Inclusive há um caso concreto que até foi para as redes sociais, que são vinte e cinco dias, e a pessoa tem filhos e ficou muito assustada. Temos de melhorar aqui. Foi dito à pessoa, já agora, que se ia contratar uma empresa, eu sugiro à Câmara que faça fornecimento de serviços contínuos, que faça uma contratação. Pronto, a Câmara tem, há aí qualquer coisa, mas tem de ser melhorada.

Depois, só fazer aqui uma precisão, não é pergunta, e tem a ver com a fatura de água. E a questão é, a CDU tem uma base de dados de algumas pessoas da CDU e de outras pessoas que nos deram, temos muitas faturas e temos um período já considerável, e o que nós registramos é que há um aumento considerável na fatura de água que não se devia chamar fatura de água e devia-se chamar fatura multisserviços. Porque nós pagamos não só a água, pagamos uma série de coisas e as pessoas pensam que estão a pagar a água só. Não, multisserviços. E a conclusão é muito má, é que a conclusão que a gente chegamos é que, em média, os valores aumentam para o dobro. Ou seja, quem pagava dez paga vinte, quem pagava quinze paga trinta. É os valores que nos dão. Eu admito que não sejam totalmente assim, mas a nossa amostra já é grande.

E, foi aqui dito uma coisa pelo Sr. Presidente que eu quero aqui precisar, que não é bem assim. O Sr. Presidente dizia que a ERSAR define o valor da água. Não. Quem define o valor da água é a Câmara, a ERSAR recomenda, a Câmara decide. O Deputado António Chora dizia, mas é preciso esclarecer isto, e o valor da água, como é decidido pela Câmara, aqui a gente pode decidir alguma coisa. E pode decidir aumentar ou diminuir, e é vermos o histórico.

E dizer também, que as pessoas já se esqueceram, que este modelo de financiamento não apareceu do nada. Este modelo de financiamento das águas residuais, de saneamento e dos resíduos foi decidido pelo PS. Este modelo foi decidido pelo PS. O PSD o que está a fazer é dar continuidade. Bem ou mal, é o PS que tem a maioria das culpas nesta carga toda que as pessoas estão a ter. Foi o Sócrates. Pronto. Agora ninguém gosta do Sócrates, mas houve uma altura que gostavam muito.

E dizer outra coisa, é que se isto é mau ainda vai ficar pior. Houve uma alteração ao cálculo da taxa de gestão de resíduos, e o que é que esta alteração faz? Faz com que municípios como a Moita sejam ainda mais castigados. Porquê? Porque a Moita não tem o nível de reciclagem que devia ter, a culpa é toda nossa, também tenho culpa, portanto, vamos ser castigados. Em média, eles definem um valor de aumento da fatura, já assumem que vai aumentar em média para todos um valor nacional, na Moita o valor pode chegar ao dobro que eles definiram. Isto foi o PSD, mas resulta também do tal modelo de financiamento que o PS aprovou. E eu ficava-me por aqui.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

“Não tenho mais inscrições. Terminamos aqui esta ronda e passo a palavra à Câmara Municipal.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Começando aqui por ordem, respondendo aqui ao atuado municipal António Chora, a Câmara Municipal da Moita tem feito um esforço, que acho que é visível, de vir a resolver os problemas com os buracos. Ou seja, fazer repavimentações em muitas zonas do nosso concelho, nomeadamente, a última foi nas Fontaínhas, onde fizemos toda a rotunda e ainda parte para o lado direito, sem perguntar nem quê nem o porquê. Pura e simplesmente, chegámos lá e fizemos tudo, porque seria estranho repavimentar apenas metade de uma rotunda. E pronto, acredito que todos os munícipes, sejam da Moita, sejam do Barreiro, sejam outros que passem por aquele local, ficarão muito, muito, muito satisfeitos. Estamos a servir a nossa população.

Depois, dizer-vos que também na rua Aquilino Ribeiro, estamos a fazer intervenções aqui na Moita, estamos a fazer também na Baixa da Banheira, processos de repavimentação e substituição da rede infraestruturada. Já temos outros processos e outras estradas dimensionadas e em andamento.

Dizer que ali, a questão que está ali nos Brejos, é uma situação de uma passagem hidráulica que colapsou naquela área, e o que se vai ter que fazer é um rasgo em toda a estrada para refazer aquela passagem hidráulica e só assim depois resolver aquele problema de uma vez por todas. Por isso, o procedimento já foi desenvolvido, está a ser tramitado e lamentamos toda esta burocracia a que estamos todos obrigados, mas ela tem que ser cumprida, dado os valores que estão previstos. Porque, sendo uma empreitada, carece de projeto, tem que se fazer o projeto para a intervenção, depois o projeto tem que ser lançado, dado o valor, e tem que cumprir aquele espaço e aqueles tramites todos que demora tempo. Não é só chegar lá, tipo um buraco de uma estrada, chegar lá e meter pavimento

por cima. Não é, é um problema mais grave e, por ser um problema mais grave, está a demorar mais tempo a resolver.

Depois, relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Municipal, estaremos atentos a outros buracos, que muitos deles também resultam de problemas na rede infraestruturada e que, paulatinamente, vamos resolvendo, levantando as ruas, todas, sejam da Baixa da Banheira, Vale da Amoreira e noutros locais, estamos a intervencionar o Vale da Amoreira, a substituição da rede de abastecimento de água e estamos a intervencionar todos os lados. Eu bem sei que, quando substituirmos todas as redes de água e já não haver cortes de água, ninguém se vai lembrar, como já ninguém se lembra, dos cortes semanais de água que havia na Fonte da Prata, que eram 2 e 3 por semana, ou 4 ou 5. Agora já ninguém se lembra, porque está feito. Mas, para nós todos é um alívio e para os nossos trabalhadores, e é desta forma que queremos continuar a trabalhar, porque as pessoas escusam de estar a ser castigadas a levantarem-se da cama durante a noite para resolver estes e outros problemas.

Recentemente houve uma situação na Baixa da Banheira, mas teve a ver com a intervenção de um privado, não teve a ver com uma questão da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal ainda assim participou e tentou ajudar na medida do possível à solução do problema e foi dando, constantemente, informação através das redes sociais. Estamos a pensar noutra metodologia de contactos, mas isso envolverá um investimento da Câmara Municipal, mas quando as coisas estiverem mais maduras daremos nota disso mesmo.

Relativamente à questão que o Sr. Vítor Cardoso colocou, a Câmara, através da nova Lei das Finanças Locais, está a pagar, desde junho, a 30 dias. As únicas faturas que não pagamos a 30 dias, e que fique esclarecido para agora e para a frente, e vão ver isso em todos os relatórios, são as faturas da Simarsul e da Amarsul. Todas as outras faturas são pagas no período de ordem igual ou inferior a 30 dias. Por isso quero-vos dizer desde já que não há nenhum pequeno e médio empresário a ficar prejudicado no conceito da moita. Eu sei que já foi uma ideia que se tentou passar no relatório anterior, mas não corresponde à verdade.

Depois, como é óbvio, o relatório mostra o todo e o todo é, neste caso, o pior cenário. O pior cenário é a data de pagamento à Simarsul e à Amarsul, mas também cada fatura dessas são faturas de 300 mil euros, 500 mil euros cada uma das faturas. E só por isso é que deixamos ir até ao final dos limites.

Depois, disse-nos aqui uma coisa que eu achei muito interessante. Temos muita receita comprometida, mas pouca executada. Certamente não está à espera que nós paguemos os serviços antes deles serem executados, acredito eu. Por exemplo, estamos a intervir ali na zona do Largo Conde Ferreira, ali no parque, estamos a fazer obras também no Largo dos Combatentes, homenageando, de uma vez por todas, os nossos atuais e antigos combatentes. Um espaço de memória e de homenagem justa a todos os que, querendo e não querendo, foram obrigados a combater. Esperamos que seja um espaço para que as atuais e as futuras gerações se lembrem que o custo de ceder e não conseguir fazer a paz, não querendo dizer que não tenhamos que estar preparados para tudo, mas não ter paz tem um custo.

Depois, sinalizar e recordar que também estamos a fazer obras em muitos outros locais, como eu disse, a repavimentação que fizemos e a intervenção que estamos a fazer na Baixa da Banheira, outros processos de repavimentação que correspondem àquele procedimento de 800 mil euros, que estamos a repavimentar em todos os sítios do concelho, a própria pista de atletismo que aqui o Deputado Municipal colocava a questão. Tínhamos uma data marcada, prevista, choveu, a data dilatou um bocadinho, por isso será, se tudo correr bem, no mês que vem. Pode ser no início ou no final do mês, depende das condições climáticas, se chove ou não chove. Infelizmente, atualmente, vivemos num país tropical sem água quente, pronto, eu preferia.

Agora, estamos a fazer muita obra, por isso está muita obra que está a ser feita, está adjudicada, por isso está comprometida. Óbvio que só vamos pagá-la, e ter 49%, atualmente, à data de hoje, 49% já de valores comprometidos, isso significa que, como se espera que se execute neste ano civil, é muito bom e a todos devia orgulhar. E vamos continuar, e isto é fruto de um trabalho de continuidade que vem de trás, de um mandato passado, que já havia preparação dos projetos para lançar as obras, para lançar os procedimentos, para as coisas serem mais rápidas.

Relativamente aos documentos e aos períodos temporais, como calcula, estamos hoje a chegar ao final do mês de junho, não poderíamos trazer aqui o relatório e falar do mês de junho, teríamos que pedir ao Presidente da Assembleia Municipal para não cumprir aquilo que está previsto, fazer uma reunião em julho, e aí já cumpriríamos os três meses, é porque não podemos inventar dados nem valores. Por isso, convém, não sei se foi por autorrecriação ou através de inteligência artificial, mas convém ter atenção às observações que se faz, e da forma como se faz, e à análise que se faz, e não acreditar em tudo o que nos aparece escrito, ou tudo o que nos é apresentado, temos de ter algum critério.

Depois, continuamos aqui a ter muito trabalho, relativamente aos lugares de estacionamento, tomámos em boa nota. O sinal é colocado é do IMT, mas tem o número que é atribuído à pessoa, mesmo que a

pessoa possa ter mais de um carro, ou seja, é-lhe atribuído um número, o lugar é para aquela pessoa, não é para outra, por isso, que não haja essa confusão. Se há, nas mentes de qualquer um, essa confusão, que não haja, que todos possamos contribuir para esclarecer as pessoas, e eu vi aqui a referência que foi o IMT que disse, acredito que o possa ter dito, mas eu vou acreditar que não é o IMT, enquanto instituição, foi um trabalhador ou um colaborador do IMT que, de forma inadvertida, deu erroneamente essa informação, porque eu não quero estar a pôr em causa toda uma instituição por uma questão dessas.

Só para reforçar ainda nos compromissos, todos os nossos contratos são públicos e estão no base GOV e podem ser consultadas e vistas essas listagens.

Relativamente ainda às questões da vespa Asiática, o que sucedeu foi o seguinte, temos um contrato de fornecimento contínuo, está previsto no caderno de encargos a empresa entrar em determinado ponto, cumprir, e a empresa não estava a cumprir. A empresa não estava a cumprir com o previsto no caderno de encargos, disse que só iria fazer uma intervenção muito “a la longue”, ao que nós recusámos e já estamos a tratar disso mesmo. O que fizemos foi um procedimento urgente, um contrato urgente, para muito rapidamente resolver estas questões que se arrastavam, e como aqui foi bem dito, e há que assumir, há tempo demais, mas os nossos serviços foram diligentes, a empresa que nos ia prestar o serviço não o estava a fazer de forma correta e nós agimos. Quero-vos deixar clara essa matéria.

Depois, relativamente aqui ao que o senhor Deputado Municipal, neste caso, o Presidente de Junta de Alhos Vedros disse, relativamente à estação elevatória, o que eu pedia era que os atores políticos, no que diz respeito à estação elevatória, e agora pedia ao Sr. Deputado Artur que prestasse atenção só nesta matéria, porque foi ele que me colocou a questão e assim podemos clarificar, o que eu pedia a todos os atores políticos é que, visto que foi com grande trabalho da Câmara Municipal conseguir por APA, Águas de Portugal, Simarsul, Secretário de Estado, todos a falar e todos a concorrer para o mesmo objetivo, a postura tem que ser construtiva.

Pouco me importa, neste momento, desde que o problema seja resolvido, se andar aqui a bater no peito “nós é que tínhamos razão, aquilo estava subdimensionado”. Não, porque eles justificaram que podiam fazer metade de uma piscina olímpica, mas ficava mais caro, então iria ser reforçado. O que a mim me interessa, enquanto autarca, é que o problema fique resolvido, e fique resolvido de acordo com a lei, e se for uma bacia que fosse estanque, se for esta solução de reforço, que resolva o problema, que o problema se resolva. Por isso, eu não vou querer pôr aqui nenhum alfinete na lapela para dizer eu tinha razão. Eu quero pôr um alfinete na lapela e dizer problema resolvido, e acho que é para isso que todos devemos concorrer.

Certamente, as redes são antigas, temos que fazer o cadastro de Vale da Amoreira que não existe, por exemplo, e sempre que existem ligações individuais, seja de uma forma ou de outra, e sinalizadas pela Câmara, a Câmara resolve e corrige no imediato. O que eu só quero alertar e dizer é uma coisa, há uma pequena incorreção naquilo que o Sr. Presidente de Junta disse, e não é bom, é que o que é descarregado para o rio não é contabilizado para a fatura, porque não passa no contador e não é contabilizado para a fatura, mas isso não é bom. Ninguém quer que vá para o rio, nós queremos é que tudo vá para o sítio que tem que ser e pagarmos o que temos que pagar, e é certo. Todas as afluições indevidas existem na Moita e existem nos outros 307 municípios do país e sempre que nós detetamos uma corrigimo-la, seja num sentido ou no outro, e agradecemos sempre que nos alertamos, intervimos o mais rapidamente possível. Disse.»

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto, enquanto Presidente em exercício

“Tenho aqui uma inscrição do Sr. Deputado Vítor Cardoso. Temos 5 minutos para concluir esta sessão. Seja breve. Também está a pedir a palavra é isso?

O Sr. Deputado não perguntou à mesa, constatou um facto, eu simplesmente perguntei ao Sr. Deputado se ainda queria usar a palavra. Vai utilizar e depois passe-lhe então em si. Sr. Deputado Vítor Cardoso, peço mesmo celeridade na pergunta, por favor.”

Colocado novamente o relatório à discussão intervieram:

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sim, vou tentar ser rápido, muito telegráfico e responder ao Sr. Presidente.

Primeiro, ou deturpou ou não ouviu bem a minha intervenção. Porquê? Primeiro, o que eu disse foi que estamos perante relatórios de períodos de reportes diferentes., não disse que tinha que ser obrigatoriamente de um trimestre. O que eu disse foi que dificulta a comparação e que a informação

tem que estar claramente identificada, uma vez que há neste reporte informação que não diz respeito a dois meses ou a três meses. Isso é que tem que ficar bem claro e foi isso que eu disse. Atenção.

Segundo, não é preciso recorrer à inteligência artificial, basta ir à página 2 do seu relatório, onde está esta informação, portanto, não é nada de mais.

Terceiro, e só para concluir. O prazo de pagamento de 64 dias das faturas não foi o que inventei também, está na página 71. Portanto, se não está lá mais nada, eu também não sei. Eu consigo avaliar o que lá está.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto, enquanto Presidente em exercício

“Sr. Deputado João Faim, peço também a celeridade, por favor.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

«Sra. Presidente em exercício, eu não vou intervir em nome da CDU, mas quero colocar um requerimento à Mesa, um ponto de ordem à Mesa. Dá-me licença que o faça? Vou ler o requerimento.

“Requerimento no âmbito do artigo 40º do Regimento à Assembleia Municipal da Moita

Decorreu entre 14/5/2026 e 12/6/2026 a consulta pública do designado projeto de reengenharia do aterro sanitário de Palmela no Ecoparque da Amarsul”, cujo processo está em fase de aprovação e licenciamento pela CCDR-LVT e pela APA.

Perguntamos se a Câmara Municipal da Moita se pronunciou, em tempo oportuno, sobre este projeto crítico para a expansão do equipamento que tem afetado as áreas envolventes, nomeadamente dos Brejos, na freguesia da Moita.

Caso tenha sido efetuada a pronúncia da Câmara Municipal da Moita no âmbito do referido processo, solicita-se a disponibilização de uma cópia dessa pronúncia para conhecimento da Assembleia Municipal da Moita.”»

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto, enquanto Presidente em exercício

“O pedido chega à Mesa e depois será dada uma resposta.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“De acordo com o Regimento não preciso transcrever, a não ser que a Mesa o exija, mas, neste momento, li, toda a gente percebeu, e está de acordo com o Regimento, um requerimento oral, que é aquilo que eu estou a fazer.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto, enquanto Presidente em exercício

“Sim, e eu respondi que foi recebido e será dada uma resposta ao seu requerimento.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

Sra. Presidente em exercício, o Sr. Presidente está presente, aquilo que o regimento diz é que a Mesa tem que pôr à votação este requerimento na Assembleia.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto, enquanto Presidente em exercício

“Coloca-se então já à votação este pedido de requerimento. Alguém se quer pronunciar sobre este pedido de requerimento? Quem vota a favor deste pedido de requerimento? Quem se abstém? O pedido de requerimento foi aprovado por maioria. Está aceite o requerimento.”

Submetido a votação, o **requerimento** foi **aprovado** por **maioria**, com dezassete votos a favor, sendo oito da CDU, sete do CH, um do PSD, um do BE; treze abstenções do PS.

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto, enquanto Presidente em exercício

“Posso passar a palavra ao seguinte? Sr. Deputado Pedro Ribeiro, por favor.”

Deputado Pedro Ribeiro do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu gostaria também que o Sr. Presidente respondesse às minhas questões, porque são do interesse de muitos dos munícipes.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

«Eu é só para fazer aqui dois esclarecimentos, que é para não ficar tudo no ar.

O Sr. Presidente fala em muitas obras, mas, efetivamente, a gente andando no terreno não as vê. Já lhe tinha dito que ele vive num concelho que não é o meu, mas registo aqui uma coisa impressionante. Fala-se na idade de redes de águas e de esgotos, depois das obras, e foi aqui dito várias vezes que o PS tinha a prática de esventrar tudo, substituir tudo, que agora é que era, que não havia ruturas. Mas não é assim. A rotunda que foi aqui falada foi alcatroada por cima do alcatrão que lá existia. Houve uma obra, mas não houve substituição... Ah, não era necessário? Então não era necessário em todo o lado.

O que eu quero dizer ao Sr. Presidente é que em muitos sítios não é necessário, portanto, é preciso dizer às pessoas lá em casa que o discurso que “está tudo a ir aos bocados” e que “a culpa é toda da falta de manutenção” não é assim. O PS não queria herdar um concelho com a rede de águas e esgotos e não ter que fazer nada. Todos os anos tem que se fazer manutenção.

A outra nota, muito curta, tem a ver com o que se passou na Baixa da Banheira, e fazer aqui uma crítica à Câmara. Também foi aqui dito que não havia roturas de água, e passado um bocadinho, ali pelo o Sr. Daniel Serpa, passaram um bocadinho, uma grande rotura e com uma falha de comunicação tremenda da Câmara. Houve pessoas sem água durante muitas horas e nos dias a seguir houve problemas concreto, e ainda há, ainda há pessoas a queixarem-se. E o que se quer aqui apelar à Câmara é que tenha cuidado com isto, porque as roturas acontecem, são imprevisíveis, mas a comunicação é essencial. E houve pessoas sem água, devia ter havido o acionamento dos bombeiros, e não houve, e isto era prática comum no tempo da CDU. Não me venham dizer que não porque eu passei muitas noites sem dormir.

A última nota, o Sr. Presidente diz que não tinha cadastro da rede de águas do Vale da Amoreira. Epá, eu vou ter que pedir desculpa, vou dizer uma coisa por experiência própria, isso é impossível. Quem fez o cadastro da rede de águas do Vale da Amoreira fui eu, quando trabalhei na Câmara. Eu sei que já disseram que desapareceu computadores, isto é aquilo. Desculpem lá. Eu saí da Câmara em 2011 e em 2011 havia cadastro da rede de águas. Se houve nove redes de águas e não foi utilizado, aceito, não estava lá, mas havia cadastro, porque o cadastro não é o desenho das redes. A Câmara da Moita tinha cadastro, inclusive tinha software para tratar o cadastro. Ok? Em 2011. E trabalhava-se nisto, depois se se deixou, não sei.»

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Não ia intervir, mas aqui o Sr. Deputado Nuno Cavaco fez referência ao meu nome e eu não quero deixá-lo sem resposta. Sou uma pessoa simpática e ele até tem, assim, algumas intervenções que não correspondem à verdade e por isso é preciso esclarecer.

Aquilo que o senhor aqui afirmou de eu dizer que não havia roturas, elas existem como é óbvio. Se não existissem roturas, tínhamos aqui qualquer coisa estranha a passar-se, algum fenómeno do entroncamento ou alguma coisa. O que nós estamos a dizer é que existem roturas com menos frequência do que existiam anteriormente. Porque se você faz uma reparação de uma rede de águas nova na Fonte da Prata, tem que existir menos roturas. Se o senhor faz uma reformulação integral da rede da Vinha das Pedras, tem que haver menos roturas. Se o senhor faz uma nova adutora desde o Alto de São Sebastião até Sarilhos Pequenos, tem que existir menos roturas, como é óbvio.

E, aquilo que o senhor diz que foi uma rotura na Baixa da Banheira, não sei quem é que lhe deu essa informação, mas a informação não está correta. E se tivesse tido atenção, se calhar, antes de fazer este tipo de apreciações, o senhor tinha ficado esclarecido porque o Sr. Presidente já esclareceu isto na reunião pública de Câmara que ocorreu na quarta-feira passada. Na sequência de um trabalho que estava a ocorrer para reformular, ou seja, substituir a rede de água de uma das ruas na Baixa da Banheira, precisamente para não existir roturas, nos trabalhos que foram efetuados existiu, efetivamente, um problema na soldadura de uns acessórios e que complicou a intervenção que ia ser feita pelo prestador de serviços que estava a fazer aquela obra.

E por isso é que existiu, efetivamente, aquela falta de abastecimento de água, porque, efetivamente, o trabalho que estava programado de ser terminado às sete e meia não terminou, porque houve um problema na soldadura que foi feita num acessório e que houve a necessidade de, às tantas horas da noite, arranjar um fornecedor que conseguisse entregar um acessório daqueles, que não é um acessório que seja muito usual estar disponível em stock. E por isso, se foi mau, efetivamente, a falta

de abastecimento de água na Baixa da Banheira, não foi por uma rotura, foi porque nós estamos, claramente, a fazer a substituição da rede de águas precisamente para não existir essas roturas.

Agora, concordo, se calhar, houve aqui alguma falta de comunicação tendo em conta que o trabalho estava a ser feito por um fornecedor de serviços privado e os serviços da Câmara Municipal estavam a acompanhar. Pode ter existido aqui, efetivamente, uma má comunicação e não foi disponibilizado o carro de bombeiros, e aí eu próprio assumo que deveria ter sido colocado lá o carro de bombeiros. Mas, provavelmente, por falta desta comunicação, porque o trabalho estava a ser feito pelo privado e os serviços da Câmara estavam a fazer esse acompanhamento.

Agora, o Sr. Deputado Nuno Cavaco ir para aqui misturar tudo e passar a mensagem de que nós dizemos que não existem roturas e houve uma rotura na Baixa da Banheira, isso não é verdade. O senhor pode querer dizer aquilo que entender, meter vídeos meus nas redes sociais, que eu até lhe agradeço, porque sou até uma pessoa bastante empática, eu até fico bem nos vídeos, mas não precisa estar a misturar as coisas porque não foi isso que eu disse e não foi isso que aconteceu nesta rotura.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Sr. Presidente, isto agora é diretamente para si.

O Sr. Daniel Serpa não é presidente da Câmara, não é vereador. O que ele fez agora foi responder ao nome da Câmara. O senhor tem que lhe chamar a atenção, mas tem mesmo que chamar a atenção. Ele disse “eu assumo”. É que a gente já desconfiava. Ele não tem que fazer isto e o senhor tem que lhe chamar a atenção, ou então que se defina os papéis.

E isto é um ponto de ordem à Mesa e está a contar o tempo. Portanto, eu quero saber se o Sr. Presidente vai tolerar isto mais vezes, porque isto é todas as sessões.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu não interpreto isso assim. Ele assume pela palavra dele. E é natural que ele represente a bancada do lado da Câmara Municipal e que tenha informações que queira dizê-las. Não vejo qual é o problema disto.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Sr. Presidente, eu dei aqui informações públicas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião pública de quarta-feira. Não disse nada que seja omissivo. O que o Sr. Presidente disse na quarta-feira foi aquilo que aqui foi dito, e por isso não estou a dizer mais nada do que não seja público. Todas as informações que foram ditas aqui por mim em todas as sessões foram informações públicas, que foram ditas pelo Sr. Presidente ou em reuniões públicas, ou informações que vêm no Facebook, ou informações que são disponibilizadas no relatório. E por isso não vale a pena estar a fazer este tipo de jogo.

Aquilo que eu disse aqui são informações públicas. E até podem não ser públicas. Eu posso ter uma conversa com o Sr. Presidente e ter informações sobre isso. Ninguém me impede de conversar com o Sr. Presidente ou com quem quer que seja para receber essa informação. Qualquer munícipe que chega ao pé do Sr. Presidente pode ter informações que podem não ser públicas e que tenham sido ditas ao munícipe. Por isso não vale a pena estar com esses jogos, Sr. Deputado Nuno Cavaco.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Ponham os tempos, por favor, novamente.” Sr. Presidente da Câmara, faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Só uma nota muito breve antes de passar a palavra à Vereadora Sara.

Eu, por norma, falo com todos os vereadores, falo com todos os membros da Assembleia Municipal, dou-lhes informação e conversamos muito. Por isso, por norma, as conversas são em privado, mas estejam à vontade. Eu vou passar a palavra à Vereadora Sara só para um esclarecimento breve.”

Vereadora da Câmara Municipal, Sara Silva

“Dar só aqui, e pedi a palavra precisamente para dar aqui uma informação, mas antes disso ainda queria fazer aqui um esclarecimento ao Sr. Deputado Vítor Cardoso quando fala que não consegue fazer uma comparação, um termo de comparação entre o relatório anterior e o relatório agora. É provável, porque os períodos são diferentes, porque têm a ver com as Assembleias, portanto, quando

trazemos aqui o relatório, trazemos o relatório à Assembleia de abril janeiro, fevereiro e março, e há de junho abril e maio, e por isso, essas informações, a única coisa que pode fazer, e neste relatório, é fazer comparação com o período homólogo do ano anterior, que é aquilo que consta no relatório.

Ainda assim, estes relatórios, com as exigências que faz aqui referência, é um relatório de atividade normal, portanto, um relatório de atividade geral da autarquia, é isso aquilo que pretende, está explanado no relatório e contas final, que é esse que tem toda a informação com comparações e com explicações mais exaustivas.

Mas não era para isso que eu tomei a palavra, era só para este esclarecimento. E uma vez que já referimos aqui sobre as pequenas e médias empresas, já fizemos aqui a referência ao dia Internacional das Pequenas e Médias Empresas, cumpro-me também aqui a partilhar com todos os elementos desta sessão que, em maio último, através do nosso Gabinete de Apoio ao Empresário e Empreendedor, tomámos conhecimento que, em 2025, houve quarenta empresas do concelho da Moita que foram distinguidas com o estatuto PME Líder, atribuído pelo IAPMEI em parceria com o Turismo de Portugal e com as instituições bancárias. Portanto, isto vai também ao encontro daquilo que foi aqui já discutido e daquilo que são as empresas, o nosso tecido empresarial para esta gestão autárquica. São empresas com mérito reconhecido a nível nacional.

Este estatuto distingue o mérito das empresas pelo seu elevado desempenho económico e financeiro e pela sua solidez no mercado. Esta valorização traz também, de alguma forma, vantagens para o município já de si, porque é um reconhecimento da rede empresarial local, portanto, ficamos satisfeitos com este reconhecimento. É também o reconhecimento que nós estamos no bom caminho e que as empresas estão também a ter o devido valor e contribuem para o desenvolvimento económico do nosso concelho, e acaba também por ser um reforço da nossa identidade económica local. Portanto, este reconhecimento é público e nós também queremos felicitar estas 40 empresas do nosso tecido empresarial que foram distinguidas com o estatuto PME Líder.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Tempos, novamente, por favor. Ora, o PS tem tempo, A CDU 7 segundos, depois o PSD. Portanto, pergunto se as bancadas ainda alguém quer usar, esgotar esse tempo ou se vamos embora e vamos terminar isto?”

Não, não há resposta agora. Não, o Sr. Presidente não tem tempo para responder aqui. O Sr. Presidente vai responder depois, naturalmente. O Sr. Presidente consegue responder em 2 minutos, ou 3 minutos, vá lá? Consegue responder ao requerimento? Pergunto-lhe.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino “Sr. Presidente, eu acho que, neste momento, até pelos apartes, não estão reunidas as condições necessárias, porque depois iria levar a interpolações e iríamos continuar, e a CDU até só tem 7 segundos. Perguntou por escrito, a gente responde por escrito, está bem?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Mais alguém deseja falar? Não? Então terminamos isto e vamos passar ao Sr. 2º Secretário para nos ler a ata e minuta.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Sr. Presidente, é sobre aquilo que foi lido. Não é a ata ainda não foi aprovada, há de ser, mas é relativamente ao requerimento que foi votado, maioritariamente, na Assembleia e tem que estar mencionado na ata em minuta para ter eficácia o pedido que fizemos.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Tem razão.”

2º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, João Palma

“3.4 - Foi apresentado requerimento à Mesa pela bancada do Grupo Municipal da CDU. Grupo Municipal da CDU, sobre o parecer da Câmara Municipal relativo ao projeto de reengenharia do aterro, o qual foi

submetida a votação e aprovado por maioria, com dezassete votos a favor, oito da CDU, sete do CH, um do PSD e um do Bloco de Esquerda, e treze abstenções da bancada do PS.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos então passar à votação da ata em minuta...

Desculpe lá, pelo amor de Deus...”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Então, mas oiça lá, vou-lhe apontar uma falha e o senhor não quer? O senhor tem que ter mais espírito democrático.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Aprendi consigo a ser democrata.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Isso eu sei, mas ainda precisa de mais um bocadinho.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu lembro-me bem dos anos que lá...”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Está a ver? Está a ver? Eu também me lembro-me de muita coisa sua, Omas sou mais elegante.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Está bem, está bem.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“O senhor Presidente tem um edital que não deve ter lido, se calhar, que tem lá mais um ponto. Se o ponto não é tratado, convém dizer na ata em minuta porque é que não foi tratado, está bem? Não foi eu que fiz o edital, foi o senhor Presidente.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“A ata em minuta diz que foi retirado. Não tem que dizer isso, depois a ata é que vai dizer.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Onde é que diz?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vai dizer depois.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“O senhor Presidente fez o edital com mais um ponto, não o trata na Assembleia, tem que vir dizer na ata em minuta.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

«Então ali na ata em minuta foi dito “este ponto foi retirado”. O que é que o senhor quer mais?»

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Não é esse ponto. Há mais um ponto. Veja lá o edital.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Qual mais um ponto?”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Você é que fez o edital, veja lá o edital. E, já agora, se for como eu estou a dizer, peça-me-desculpa.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Portanto, diz-me os serviços que houve, realmente, uma falha porque tinha sido retirado, mas que saiu no edital, que era um ponto dentro do Período Antes da Ordem do Dia, que não precisava de ser ponto nenhum. Não precisava de ser ponto nenhum. Isso é uma coisa que tem sido feito sem estar em ponto. Também já estive, é verdade. Que era a informação das comissões permanentes. Portanto, então podemos dizer que este ponto foi retirado também da ordem de trabalhos.

Não me parece que seja ponto da ordem de trabalhos. Não é normal que o Período Antes da Ordem do Dia tenha subpontos. Oiça, tudo bem. Foi mal feito. Será corrigido o edital depois.

Bom, vamos então a... eu tenho que o contratar para meu assessor. Você já está contratado, portanto, já é difícil estar em dois lados.

Vamos então pôr à votação quem está a favor da ata em minuta por favor, levanta o braço.”

A ata em minuta da Sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, um do PSD, um do BE.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a Sessão, eram zero horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e seis.

O Presidente

A 1ª Secretária

O 2º Secretário

António Duro

Ana Rita Neto

João Palma

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA XIV MANDATO 2025 - 2029 LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 05.05.2026 A 26.06.2026 EM CONFORMIDADE COM O Nº6 DO ARTIGO 47º DO REGIMENTO			
Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
056	07-05-2026	<u>Grupo Municipal do Partido Socialista</u>	Remete requerimento "para prestação de informação e disponibilização de documentação relativa aos autos de transferência de competências para as juntas de freguesia"
057	07-05-2026	<u>CMM - Câmara Municipal da Moita</u>	Remete a minuta da ata nº 11/XIV/2026 da Reunião Ordinária realizada no dia 27.04.2026
058	07-05-2026	<u>CMM - Câmara Municipal da Moita</u>	Remete, para efeitos de apreciação e pedido de inclusão no POD da próxima sessão da Assembleia Municipal: Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes do Município da Moita
059	07-05-2026	<u>CMM - Câmara Municipal da Moita</u>	Remete a minuta da ata nº 6/XIV/2026 da Reunião Extraordinária realizada no dia 04.05.2026
060	11-05-2026	<u>Grupo Municipal da CDU - Coligação Democrática Unitária</u>	Remete requerimento a solicitar "esclarecimentos relativos à anunciada Unidade de Diálise de Alhos Vedros"
061	20-05-2026	<u>CMM - Câmara Municipal da Moita</u>	Remete a minuta da ata nº 12/XIV/2026 da Reunião Ordinária realizada no dia 13.05.2026
062	20-05-2026	<u>CMM - Câmara Municipal da Moita</u>	Remete, para efeitos de apreciação e pedido de inclusão no POD da próxima sessão da Assembleia Municipal: Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Moita
063	29-05-2026	<u>Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU</u>	Remete resposta aos esclarecimentos prestados pela CMM e novas questões sobre Unidade de Diálise de Alhos Vedros
064	01-06-2026	<u>CMM - Câmara Municipal da Moita</u>	Remete a minuta da ata nº 13/XIV/2026 da Reunião Ordinária realizada no dia 27.05.2026
065	03-06-2026	<u>Grupo Municipal da CDU - Coligação Democrática Unitária</u>	Remete requerimento sobre "Fiscalização e Sinalização de Lugares de Estacionamento para Pessoas com Mobilidade Condicionada/reduzida"
066	16-06-2026	<u>CMM - Câmara Municipal da Moita</u>	Remete a minuta da ata nº 14/XIV/2026 da Reunião Ordinária realizada no dia 15.06.2026
067	16-06-2026	<u>CMM - Câmara Municipal da Moita</u>	Remete cópia da proposta nº 212/XIV/2026, presente à reunião da Câmara Municipal de 11.06.2026, para conhecimento da não adjudicação e da revogação de contratar
068	19-06-2026	<u>Carmen Sofia Pereira Lima</u>	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho, a realizar no dia 26/06/2026
069	19-06-2026	<u>Susana Isabel Horta Martins</u>	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho, a realizar no dia 26/06/2026

070	22-06-2026	<u>Vivina Maria Semedo Nunes</u>	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho, a realizar no dia 26/06/2026
071	24-06-2026	<u>João Miguel da Silva Romba</u>	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho, a realizar no dia 26/06/2026
072	24-06-2026	<u>Guilherme Magalhães Rocha</u>	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho, a realizar no dia 26/06/2026
073	25-06-2026	<u>Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Ana Teresa Fernandes</u>	Informa que na Sessão Ordinária, a realizar no dia 26/06/2026, se fará substituir pela Tesoureira Sandra Gonçalves
074	25-06-2026	<u>Maria Leonor Galvão Marta</u>	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho, a realizar no dia 26/06/2026
075	25-06-2026	<u>Marina Isabel Gonçalves Martins</u>	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho, a realizar no dia 26/06/2026
076	26-06-2026	<u>Valter Fradinho Vidigal Antunes</u>	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho, hoje dia 26/06/2026